

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAFAELA OLIVEIRA DE MACÊDO

**NECROPOLÍTICA NUCLEAR: O COLONIALISMO ATÔMICO E A
PRODUÇÃO GLOBAL DE ZONAS DE MORTE**

Recife

2025

RAFAELA OLIVEIRA DE MACÊDO

**NECROPOLÍTICA NUCLEAR: O COLONIALISMO ATÔMICO E A
PRODUÇÃO GLOBAL DE ZONAS DE MORTE**

Trabalho de conclusão de curso como exigência
parcial para graduação no curso de Relações
Internacionais, sob orientação da Prof. Dra.
Maria Eduarda Antonino Vieira

Recife

2025

Catalogação na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

Macêdo, Rafaela Oliveira de.

M141n Necropolítica nuclear: o colonialismo atômico e a produção global
de zonas de morte / Rafaela Oliveira de Macêdo. – Recife, 2025.
68 f. : il.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria Eduarda Antonino Vieira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2025.
Inclui bibliografia.

1. Colonialismo nuclear. 2. Necropolítica. 3. Povos indígenas. 4.
Teoria sistema-mundo. 5. Imperialismo. I. Vieira, Maria Eduarda
Antonino. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2025.2-017)

RAFAELA OLIVEIRA DE MACÊDO

**NECROPOLÍTICA NUCLEAR: O COLONIALISMO ATÔMICO E A
PRODUÇÃO GLOBAL DE ZONAS DE MORTE**

Trabalho de conclusão de curso como exigência
parcial para graduação no curso de Relações
Internacionais, sob orientação da Prof. Dra.
Maria Eduarda Antonino Vieira

Aprovado em: _____ de _____ 2025.

BANCA EXAMINADORA

Avaliador interno,

Avaliadora interna,

Orientador, Prof. Dra. Maria Eduarda Antonino Vieira

Recife

2025

AGRADECIMENTOS

De repente, essa breve página mareja meus olhos e percebo que esta etapa do trabalho não se trata de pensar no que escrever, mas de sentir. Essas palavras vão além de simples caracteres: são a articulação da gramática na tentativa de traduzir minhas emoções.

Agradeço aos meus pais, por não medirem esforços pela minha educação e por fortificarem as raízes de um conhecimento que tento frutificar. Aprendi que o amor está presente em suas orações e no cotidiano: ele está inserido nas caronas, no cuidado com a casa para que eu possa estudar e no conforto que me deram, mesmo quando a vida não lhes ofereceu o mesmo.

À Princesa, minha companheira, que esteve presente em toda a minha trajetória e me acompanhou desde as tarefas de casa do ensino fundamental I até a conclusão da minha graduação, incluindo o presente momento em que escrevo estes agradecimentos. Apesar de (obviamente) uma cachorrinha não saber ler, espero que ela compreenda o quanto é extraordinário crescer ao lado dela.

A Davi Bezerra Moraes, agradeço por ter me deixado alugar seu ouvido para desabafar, seu colo para me tranquilizar e seu coração para que eu me sentisse amada. A conclusão deste bacharelado foi ressignificada através de suas frases de apoio e afeto.

À minha família de sangue, particularmente Caroline Oliveira, pelas conversas transformadoras; e aos meus laços construídos, em especial Tia Isa, por ter adicionado bondade e tranquilidade à minha criação.

Em adição, gostaria de mencionar todos os professores que contribuíram para a construção da minha identidade. Obrigada aos profissionais da educação, desde os que me apresentaram ao alfabeto e incentivaram nos seminários de cartolina até o corpo docente da graduação — em especial à professora Maria Eduarda Antonino Vieira: obrigada por fazer jus ao significado de “orientadora”. Aprendi muito além de apenas como fazer um TCC com você.

Por fim, sinto-me grata pelas amizades que acumulei ao longo da vida: as noites de conversa e risadas foram e sempre serão recompensas pelo esforço dedicado a este trabalho, estou satisfeita por partilhá-las com as melhores companhias.

RESUMO

A corrida armamentista originada na primeira metade do século XX mudou totalmente o curso da história da humanidade com a invenção da bomba atômica e o ataque estadunidense à Hiroshima e Nagasaki. O alcance dessa tecnologia expandiu o potencial bélico de diversas potências, particularmente Estados Unidos, Reino Unido e França, que por sua vez produziram experimentos nucleares em suas colônias, perpetuando o caos sistêmico e o uso da *necropolítica*, à luz de Mbembe (2003). Diante desse cenário, a presente monografia teve como objetivo debruçar sobre a narrativa da descartabilidade de corpos colonizados a partir do discurso de manutenção e legitimidade do poder geopolítico pelas potências nucleares, vinculando com a Teoria Imperialista (LÊNIN, 1917) e com a Teoria Sistema-Mundo (WALLERSTEIN, 1974) das Relações Internacionais. Outrossim, a investigação empregou abordagem qualitativa, fundamentada na análise histórico-documental de registros governamentais, relatórios institucionais, livros e jornais. Os resultados demonstraram que as experiências nucleares conduzidas nas Ilhas Marshall, assim como os testes realizados em Maralinga, reforçaram estruturas de dominação, aprofundaram a racialização da vulnerabilidade e contribuíram para naturalizar a precarização das populações locais.

Palavras-chave: colonialismo nuclear; necropolítica; povos indígenas; teoria sistema-mundo; imperialismo

ABSTRACT

The arms race that emerged in the first half of the twentieth century radically altered the course of human history with the invention of the atomic bomb and the U.S. attacks on Hiroshima and Nagasaki. The reach of this technology expanded the military capabilities of several powers, particularly the United States, the United Kingdom, and France—which conducted nuclear experiments in their colonies, perpetuating systemic chaos and the exercise of *necropolitics*, as discussed by Mbembe (2003). Against this backdrop, the present monograph examined how the narrative of the disposability of colonized bodies is mobilized through discourses that sustain and legitimize the geopolitical power of nuclear states, drawing on Lenin's Theory of Imperialism (1917) and Wallerstein's World-Systems Theory (1974). The research employed a qualitative approach grounded in the historical-documentary analysis of governmental records, institutional reports, books, and newspapers. The findings show that the nuclear experiments carried out in the Marshall Islands, as well as the tests conducted in Maralinga, reinforced structures of domination, deepened the racialization of vulnerability, and contributed to the naturalization of the precarization imposed on local populations.

Keywords: nuclear colonialism; necropolitics; indigenous peoples; world-system theory; imperialism.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	Australian Broadcasting Corporation
ACBM	Atomic Casualty Board Meeting
AEC	U.S. Atomic Energy Commission
BNL	Brookhaven National Laboratory
CEP:	Centro de Experimentação do Pacífico.
CIJ:	Corte Internacional de Justiça.
DOE	Department of Energy
EUA	United States of America
IAEA	International Atomic Energy Agency
ICAN	International Campaign to Abolish Nuclear Weapons
IEER	Institute for Energy and Environmental Research
IPPNW	International Physicians for the Prevention of Nuclear War
NCI	National Cancer Institute
NFIP	Nuclear Free and Independent Pacific
NNC	National Nuclear Commission
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte.
TNP	Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.
UNSCEAR	United Nations Scientific Committee on the Effects of Atomic Radiation
U.S.	United States

Cs-137	Césio-137
mGy	miligray
Pu-239	Plutônio-239
Sr-90	Estrôncio-90

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	NECROPOLÍTICA, IMPERIALISMO E SISTEMA-MUNDO: APORTES PARA PENSAR O COLONIALISMO NUCLEAR	15
2.1	Necropolítica e colonialidade da morte	15
2.2	Imperialismo versus Neocolonialismo	20
2.3	Teoria Sistema-mundo	23
2.4	A articulação da Teoria Imperialista e Teoria Sistema-Mundo diante do necropoder	25
3	DO PÓS-GUERRA ÀS ZONAS DE MORTE: A EMERGÊNCIA DO COLONIALISMO NUCLEAR.....	27
3.1	A corrida nuclear no pós-guerra e a lógica bipolar.....	27
3.2	A lógica da escolha territorial: áreas desertas e a ficção do “vazio”	30
3.3	Entre espetáculo e violência: cultura atômica no pós-guerra.....	31
3.4	Instrumentalização do discurso cristão na Guerra Fria	32
3.5	A geopolítica da vulnerabilidade: como a retórica da segurança legitimou as zonas de sacrifício	33
4	ILHAS MARSHALL E MARALINGA: CASOS EMBLEMÁTICOS DO SUL GLOBAL.....	35
4.1	Ilhas Marshall: sequelas de um território envenenado	37
4.1.1	Soberania tutelada, neocolonialismo e preparação dos testes (1947–1956).....	37
4.1.2	Cristianismo colonial, consentimento performado e exílio forçado	40
4.1.3	Castle Bravo, ocupação atmosférica e corpos como experimentos	42
4.1.4	Necropolítica reprodutiva, câncer e geopolítica da contaminação	43
4.1.5	O Runit Dome e as resistências do Sul Global	46
4.2	Testes nucleares em Maralinga: colonialismo, poder e resistência	48
4.2.1	Configuração histórica e territorial de Maralinga.....	48

4.2.2 Aliança anglo-australiana e a lógica colonial da ciência	49
4.2.3 Ocultamento informacional e dispositivo necropolítico	50
4.2.4 Impactos sobre comunidades aborígenes e a colonialidade do poder	52
4.2.5 O regime necrocientífico: Project Sunshine e a violência sobre os mortos.....	53
4.2.6 Contaminação ambiental, resíduos tóxicos e temporalidades da morte	54
4.2.7 Reparação, mobilização política e justiça anticolonial.....	55
5 CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

Entre 1946 e 1958, os Estados Unidos realizaram sessenta e sete testes nucleares nas Ilhas Marshall, um arquipélago do Pacífico Central que, durante a Guerra Fria, foi transformado em laboratório radioativo para o avanço da tecnologia atômica. As explosões, como a de *Castle Bravo*, em 1954, mil vezes mais potente que a bomba de Hiroshima, devastaram ilhas inteiras, forçaram o deslocamento de comunidades e produziram níveis de radiação que ainda hoje contamina o solo, a água e os corpos *marshallinos* (Organização das Nações Unidas, 2012). As consequências dessa política ultrapassam a esfera ambiental, o colapso das atividades agrícolas e pesqueiras tradicionais levou à dependência de alimentos industrializados importados, agravando problemas de saúde como diabetes, infertilidade e câncer (Barker, 2012; Nixon, 2011). Ainda hoje, o legado dessa violência atômica persiste nas disputas sobre energia nuclear, nas políticas de resíduos radioativos e nas assimetrias entre o Norte e o Sul global.

O episódio exemplifica o que estudiosos denominam *colonialismo nuclear*, um regime de poder em que a ciência e a segurança nacional das potências hegemônicas se sustentam na ocupação prolongada e assimétrica em terras de povos periféricos, cujas terras são convertidas em zonas de risco e experimentação. A genealogia do termo foi popularizada pelo líder ganense Kwame Nkrumah ao se opor aos testes nucleares no Saara argelino, mais tarde, o conceito foi catalisado por ativistas e estudiosos que “buscavam pôr em evidência uma verdadeira transversalidade, ideológica e material, entre o imperialismo ocidental e os projetos modernizadores de desenvolvimento da energia nuclear” (Hill, 2025, p. 1).

Desde a metade do século XX, não só os Estados Unidos da América (EUA), mas outras potências como o Reino Unido e a França converteram ilhas do Pacífico, desertos australianos e regiões habitadas por povos indígenas em laboratórios radioativos, perpetuando uma lógica colonial que define quais territórios e corpos podem ser utilizados em nome da ciência e da nação. Sob o discurso do “avanço tecnológico” e da “defesa estratégica”, populações inteiras foram removidas de seus territórios, expostas à contaminação e afastadas de processos decisivos, enquanto suas terras se convertiam em zonas de experimentação nuclear e seus próprios corpos eram reduzidos a meros figurantes na lógica da corrida atômica.

Nessa perspectiva, o colonialismo nuclear não se limita à exploração de recursos naturais, mas administra a própria fronteira entre vida e morte, instaurando o que Achile Mbembe (2003) denomina de *razão necropolítica*¹: a racionalidade que transforma a

¹ Neste trabalho, todos os conceitos centrais aparecerão, num primeiro momento, em *italíco*, a fim de evidenciar seu caráter introdutório e destacá-los no processo de construção argumentativa. Nos trechos seguintes, esses

aniquilação em política de Estado e a contaminação em efeito colateral aceitável. O poder atômico, portanto, não apenas mede a capacidade de destruição das potências, mas também a hierarquia de valor entre as vidas humanas, quem pode viver, quem pode adoecer e quem pode ser esquecido sob o pó radioativo da civilização. Ao instrumentalizar a tecnologia nuclear como ferramenta de controle geopolítico, o colonialismo nuclear amplia o que Mbembe chama de “topografia da morte”, zonas onde a vida é tornada descartável, e onde a devastação ambiental e humana se tornam formas de gestão política.

A problemática do colonialismo nuclear apresenta alta relevância para o campo das Relações Internacionais, em razão de sua natureza multifacetada, que articula dimensões de dominação geopolítica, desigualdade estrutural, saúde pública, meio ambiente e segurança global. Apesar de sua gravidade histórica e contemporânea, o tema permanece marginalizado tanto no debate acadêmico quanto no campo midiático, seja pela relativa novidade de seu enquadramento conceitual, seja pela resistência de Estados e corporações em reconhecer responsabilidades pelos danos causados (Biswas, 2014). Esse apagamento sistemático produz efeitos concretos, impede o reconhecimento das populações afetadas, perpetua injustiças históricas e contribui para a manutenção do *status quo* global, em que o poder nuclear continua a operar como instrumento de controle e exclusão. Diante disso, investigar o colonialismo nuclear sob a ótica da *necropolítica* (MBEMBE, 2003) e das teorias críticas das Relações Internacionais permite revelar as continuidades entre o colonialismo histórico e as formas atuais de dominação tecnológica e territorial.

A seleção de territórios indígenas e de ilhas do Pacífico como locais de experimentação nuclear evidencia uma racionalidade necropolítica que articula raça, espaço e soberania, reiterando o paradigma colonial segundo o qual determinados grupos são posicionados fora do pleno reconhecimento da vida. Diante dessa perspectiva, o colonialismo nuclear não apenas prolonga a lógica colonial em seu aspecto material, mas também a insere em uma dimensão *biopolítica*, no sentido foucaultiano, em que o Estado administra e regula a vida como parte de seus objetivos políticos e econômicos (Foucault, 1979). A partir dessa base, Mbembe (2003) avança ao afirmar que tal aparato estatal é igualmente capaz de organizar a morte, delimitando quais vidas são protegidas e quais são sacrificáveis.

Em contraposição, os povos afetados organizaram redes políticas e culturais de resistência, como exemplifica a *People's Charter for a Nuclear Free and Independent Pacific*,

mesmos conceitos passam a ser grafados em formato regular, indicando sua incorporação analítica ao texto. As aspas serão utilizadas para sinalizar conceitos em suspensão, isto é, noções ainda em disputa, em processo de problematização ou ressignificação teórica.

aprovada na Conferência de Vanuatu em 1983, na qual líderes insulares denunciaram a dominação colonial e exigiram soberania ambiental, autonomia política e o fim definitivo dos testes nucleares (NFIP, 1983). Ao propor uma “paz com soberania”, o movimento rejeita tanto o discurso humanitário das potências ocidentais quanto a lógica de sacrifício imposta aos corpos e ecossistemas locais. Nesse sentido, a NFIP representa uma resposta ética e política à necropolítica, onde o poder colonial administra a morte, os povos insulares reivindicam o direito de existir, não apenas de sobreviver, mas de viver plenamente em harmonia com seus territórios.

Apesar da centralidade da energia nuclear nas dinâmicas de poder global, a literatura de Relações Internacionais tem abordado o tema majoritariamente sob o prisma da dissusão estratégica, da corrida armamentista e do controle de proliferação, relegando a segundo plano os efeitos sociais, ambientais e raciais dessa tecnologia sobre as populações periféricas. Ainda que o neorealismo postulado por Waltz (1979) considere que a estrutura do sistema influencie o comportamento dos Estados, há uma falta de considerações pós-coloniais nos estudos de segurança internacional que ocultam o panorama real do óbice trabalho. Essa lacuna revela o predomínio de uma epistemologia eurocêntrica que naturaliza a violência colonial inscrita na política nuclear e ignora as geografias do sacrifício onde se materializa o poder atômico.

Ao introduzir o conceito de colonialismo nuclear sob a lente da necropolítica, este trabalho propõe deslocar o debate sobre segurança e soberania para uma perspectiva crítica, capaz de articular a desigualdade global, a devastação ecológica e o racismo ambiental como dimensões constitutivas da ordem nuclear contemporânea. Trata-se, portanto, de uma investigação com relevância científica e política: científica, porque amplia os marcos analíticos das Relações Internacionais ao integrar aportes pós-coloniais e biopolíticos; política, porque ilumina as continuidades do projeto colonial no regime nuclear mundial e as resistências locais que reivindicam soberania e justiça ambiental.

Essa tensão entre a reprodução da ordem global e a afirmação da autonomia local, entre o poder de morte e o direito à vida, entre a soberania tecnológica e a vulnerabilidade territorial, entre a universalidade da ciência e a particularidade dos corpos sacrificados, expressa o núcleo contraditório do colonialismo nuclear, um projeto civilizatório que promete segurança enquanto administra a destruição, e que transforma a vida em matéria-prima da dominação. Diante disso, este trabalho se orienta pela seguinte questão de pesquisa: **Como a necropolítica se manifesta no colonialismo nuclear ao produzir espaços de alto risco, “zonas de morte”, onde determinadas populações são sistematicamente expostas à destruição e à precarização?**

Para responder a essa questão, estabelece-se como objetivo geral analisar as dinâmicas do colonialismo nuclear sob a ótica da *necropolítica*, com ênfase na noção de produção global de “zonas de morte”, a fim de compreender como o poder nuclear foi, e continua sendo, utilizado como instrumento de controle geopolítico e de gestão da morte sobre territórios e populações subalternizadas. E como objetivos específicos: (1) articular os achados empíricos às teorias críticas de Vladimir Lenin (1916) e Immanuel Wallerstein (1974), evidenciando como o imperialismo nuclear se insere nas lógicas do sistema-mundo capitalista e como a necropolítica atravessa essas estruturas; (2) investigar as motivações políticas, estratégicas e econômicas que levaram as potências nucleares do Norte Global a realizar testes em territórios periféricos, interpretando essa prática como mecanismo necropolítico de gestão da vida e da morte; e (3) examinar os impactos sociais, políticos, culturais e ambientais do colonialismo nuclear sobre comunidades indígenas e populações marginalizadas.

Sob a lente da tradição marxista nas Relações Internacionais, a contribuição de Vladimir Lênin, em sua Teoria do Imperialismo, é fundamental. Para o autor: “a exportação do capital, como fenômeno particularmente característico [do capitalismo monopolista], diferentemente da exportação de mercadorias no capitalismo pré-monopolista, está em estreita ligação com a partilha econômica e político-geográfica do mundo” (Lênin, 2017, p. 85). Nesse contexto, os testes e arsenais atômicos, ao se instalarem majoritariamente em territórios periféricos, funcionam como instrumento de coerção e de reprodução das assimetrias estruturais, garantindo que os países centrais mantenham sua posição de supremacia no sistema internacional.

Já a *Teoria do Sistema-Mundo*, formulada por Immanuel Wallerstein, propõe o exame da política global a partir de três camadas hierárquicas: centro, semiperiferia e periferia. Essa chave interpretativa permite compreender de forma mais nítida a condição dos povos violados, inseridos na periferia, como alvo de exploração colonial nuclear, enquanto os Estados do Norte-global, situados no centro, utilizam esses territórios como plataformas de poder. Nas palavras de Wallerstein, “o capitalismo histórico foi, desde o início, um sistema mundial [...] baseado na apropriação desigual de recursos e na transferência de valor da periferia para o centro” (2004, p. 23). Desse modo, torna-se possível reconhecer que o capitalismo histórico só se consolida porque a expansão colonial produziu as condições estruturais que permitiram a formação de um mercado mundial integrado, sustentado pela apropriação desigual de recursos, pela coerção e pela racialização das relações de poder.

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa de caráter teórico-analítico, baseada em revisão bibliográfica e análise comparativa de dois casos emblemáticos de colonialismo nuclear: os testes conduzidos pelos Estados Unidos nas Ilhas Marshall e aqueles realizados pelo

Reino Unido em Maralinga. A pesquisa mobiliza fontes secundárias, incluindo literatura acadêmica, documentos oficiais, relatórios técnico-científicos e materiais de memória e arquivo dedicados à reconstrução histórica desses episódios.

A originalidade do estudo está em oferecer, no campo das Relações Internacionais, uma leitura integrada e comparativa de dois casos emblemáticos do colonialismo nuclear que ainda recebem pouca atenção na área. Embora se apoioando em fontes secundárias, a pesquisa produz contribuições inéditas ao sistematizar esse material disperso e reinterpretá-lo à luz da necropolítica (Mbembe, 2003; 2019), da teoria do imperialismo (Lênin, 2017) e da teoria do sistema-mundo (Wallerstein, 2004), evidenciando como a violência nuclear opera como continuidade colonial fundada em hierarquias raciais, geopolíticas e epistêmicas.

Adicionalmente, a análise incorpora a perspectiva construtivista de Alexander Wendt (1992; 1999), que permite compreender como identidades estatais, percepções de ameaça e classificações morais, aliados *versus* inimigos, civilizados *versus* bárbaros, moldam a política nuclear contemporânea. A articulação entre materialidade (imperialismo), estrutura global (sistema-mundo), subjetividade política (identidade estatal) e necropolítica (gestão da morte) sustenta a proposta de interpretação integrada desenvolvida neste trabalho.

Assim, a monografia será dividida em quatro capítulos, o primeiro deles apresenta a fundamentação teórica, discutindo a *necropolítica* de Achille Mbembe (2003; 2019) em diálogo com a *teoria do imperialismo* de Vladimir Lenin (2017) e com a *teoria do sistema-mundo* de Immanuel Wallerstein (2004). O segundo capítulo examina o *colonialismo nuclear* em perspectiva histórica, contextualizando o processo no pós-Segunda Guerra Mundial e destacando a lógica de escolha de territórios periféricos como “zonas de morte”. O terceiro capítulo desenvolve a análise crítica, a partir dos casos emblemáticos das Ilhas Marshall (EUA) e de Maralinga (Reino Unido), articulando-os às categorias teóricas para demonstrar como a *necropolítica* atravessa as dinâmicas do *colonialismo nuclear*. A quarta seção apresenta as considerações finais, sintetizando os principais achados da pesquisa e apontando possibilidades para investigações futuras.

Nessa direção, ao revisitar a história da dominação atômica, o trabalho também busca contribuir para debates atuais sobre justiça climática, descolonização do conhecimento e ética científica no sistema internacional.

2 NECROPOLÍTICA, IMPERIALISMO E SISTEMA-MUNDO: APORTES PARA PENSAR O COLONIALISMO NUCLEAR

Compreender o colonialismo nuclear exige ultrapassar as fronteiras disciplinares e pensar a articulação entre poder, economia e vida em uma escala global. Essa seção propõe reunir três aportes teóricos fundamentais, a *necropolítica* de Achille Mbembe (2009; 2019), a *teoria do imperialismo* de Vladimir Lênin (2017) e a *teoria do sistema-mundo* de Immanuel Wallerstein (2004), como instrumentos para desvendar as continuidades entre colonialismo, capitalismo e tecnociência. Cada uma dessas perspectivas contribui para iluminar uma dimensão específica do problema: Lênin evidencia a expansão capitalista e militar como forma de dominação global; Wallerstein demonstra a estrutura hierárquica do sistema internacional, que transforma territórios periféricos em espaços de extração e dependência; e Mbembe revela a face necropolítica desse processo, ao mostrar como o poder moderno se define pela capacidade de decidir quem deve viver e quem pode morrer.

A combinação desses marcos teóricos permite compreender o colonialismo nuclear como um regime de poder total, no qual a produção do conhecimento científico, a acumulação de capital e o exercício da soberania se entrelaçam na administração diferencial da morte. Longe de ser um fenômeno restrito à Guerra Fria (1947–1991), o colonialismo nuclear revela contradições estruturais da modernidade que se apresenta como “racional”, “científica” e “civilizatória”, mas que se sustenta sobre práticas de devastação distribuídas de modo desigual. As experiências conduzidas pelos Estados Unidos nas Ilhas Marshall, pelos britânicos em Maralinga, pelos franceses na Polinésia Francesa e pelos soviéticos no Cazaquistão são exemplos paradigmáticos dessa lógica, pois transformaram comunidades inteiras em zonas de experimentação, espaços de risco permanente e territórios marcados pela violência lenta e cumulativa da radiação.

2.1 Necropolítica e colonialidade da morte

Como vimos na introdução, o termo *necropolítica*, formulado por Achille Mbembe (2003; 2019) em ensaio homônimo, parte da ideia de que a soberania não se define apenas pela administração da vida, como propõe Michel Foucault (1979) ao elaborar o conceito de *biopolítica*, mas também pela decisão sobre a morte. Em Foucault, o poder moderno se distingue do poder soberano clássico porque deixa de se exercer primordialmente pelo direito de matar e passa a se organizar em torno da produção, gestão e otimização da vida. Trata-se de

um poder que penetra nos corpos e regula as populações, operando por meio de políticas de saúde, natalidade, sexualidade, higiene e segurança. A biopolítica, portanto, não tem como alvo o indivíduo, mas o conjunto da população, o que está em jogo é a governamentalidade da vida, isto é, a administração racional da existência como objeto de cálculo político.

Contudo, Foucault também indica que o biopoder é inseparável de sua gênese colonial. É nas colônias que o poder europeu experimenta e aperfeiçoa suas tecnologias de dominação, combinando o direito soberano de matar com as primeiras formas de gestão da vida. Ali, a violência e o racismo funcionam como campo de teste para as técnicas de vigilância e disciplinamento que, mais tarde, serão reintegradas à Europa sob o pretexto da “civilização” e da “segurança”. Esse movimento de ida e retorno entre metrópole e colônia é o que o filósofo denomina “efeito bumerangue” do colonialismo, a importação, para o próprio Ocidente, das técnicas de sujeição inicialmente aplicadas sobre povos colonizados. Assim, o biopoder europeu nasce colonial, forjado na experimentação da dominação e da racialização dos corpos conquistados. Nas palavras de Foucault (2002, p. 103):

Enquanto a colonização, com suas técnicas e suas armas políticas e jurídicas, obviamente transportou modelos europeus para outros continentes, ela também produziu um considerável efeito bumerangue sobre os mecanismos de poder no Ocidente [...] Toda uma série de modelos coloniais foi trazida de volta para o Ocidente, e o resultado foi que o Ocidente pôde praticar algo semelhante à colonização, ou um colonialismo interno, sobre si mesmo.

No entanto, ao observar as heranças coloniais, os regimes de ocupação e as zonas de guerra contemporâneas, Mbembe (2018) argumenta que a biopolítica não é suficiente para explicar as formas de poder que produzem a morte como técnica de governo. Em contextos marcados pela racialização, pela escravidão e pela colonização, o poder soberano não apenas regula a vida, mas selecionaativamente quais vidas são passíveis de serem vividas e quais podem ser eliminadas. Surge, assim, o conceito de necropolítica, que desloca o foco do “fazer viver e deixar morrer” foucaultiano para o “fazer morrer e deixar viver”: uma inversão que revela a dimensão letal e racial do poder moderno. Nessa direção, a necropolítica se apoia em elementos do poder soberano clássico ao recolocar a morte no centro da ação estatal, mas o faz articulada à racionalidade biopolítica e à lógica colonial, produzindo um regime em que a administração da vida e a produção da morte se combinam para definir quem é protegível e quem é sacrificável. Como afirma Mbembe:

Em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar ‘mundos de morte’, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’. Sublinhei igualmente algumas

das topografias recaladas de crueldade (plantation e colônia, em particular) e sugerir que o necropoder embaralha as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade. (Mbembe, 2018, p. 71)

Essa reflexão se articula com as análises de Hannah Arendt (1951), que identificou no imperialismo europeu e no racismo de Estado o terreno onde se ensaiaram as tecnologias políticas do extermínio. A transformação de povos inteiros em populações “supérfluas” e “descartáveis” não se limitou às colônias, mas constituiu o laboratório moral e administrativo de uma Europa que aprenderia a gerir a morte em nome da “razão” e da “ordem”. Aimé Césaire (1950) também observa que a colonização, ao normalizar a violência e converter o outro em objeto, não apenas desumaniza os povos subjugados, mas corrompe o próprio sujeito europeu, que internaliza a violência como forma legítima de poder. O que Arendt e Césaire revelam, em registros distintos, é que o colonialismo não é uma anomalia da modernidade, mas o seu núcleo operativo, um dispositivo que torna possível o genocídio, o totalitarismo e, no contexto contemporâneo, a administração tecnocientífica da morte que define o colonialismo nuclear. As “zonas de sacrifício” criadas pelos testes atômicos, ao submeter corpos e territórios periféricos à contaminação em nome do “progresso”, prolongam essa lógica civilizatória que faz da destruição uma expressão racional do poder.

Abrir um parêntese conceitual é necessário para explicitar o ponto de partida desta análise. Quando falamos em colonialismo, referimo-nos a um regime histórico de dominação política, econômica e epistêmica por meio do qual metrópoles europeias subordinaram territórios e populações consideradas “inferiores”, reorganizando suas estruturas sociais, seus recursos e seus modos de vida em função dos interesses imperiais. Esse processo envolveu a apropriação violenta de terras, a exploração sistemática do trabalho, a racialização das diferenças e a imposição de uma hierarquia civilizatória que naturaliza a desigualdade global (Césaire, 1950; Fanon, 1961; Quijano, 2000). Embora, no uso cotidiano, “colonização” e “colonialismo” sejam frequentemente empregados como sinônimos, a literatura especializada distingue esses conceitos. “Colonização” refere-se ao processo histórico de ocupação e exploração direta de territórios por potências europeias, enquanto “colonialismo” designa o regime mais amplo de poder que estrutura e legitima essa dominação, produzindo hierarquias duradouras entre metrópoles e espaços colonizados.

Essa definição mais ampla permite compreender como as lógicas coloniais não se encerram com o fim formal dos impérios, mas se reconfiguram em novos arranjos de poder e tecnologias de controle. A partir dessa leitura, o colonialismo nuclear pode ser compreendido como uma das expressões mais radicais da necropolítica moderna. Ao transformar territórios

colonizados e populações racializadas em espaços de experimentação e descarte, o projeto atômico das potências ocidentais instituiu “zonas de morte”, territórios nos quais a soberania se exerce pela capacidade de expor determinados corpos à destruição, sob o argumento da “segurança global” e do “progresso científico”. Como observa o historiador Christopher R. Hill, essa escolha territorial “reflete uma mentalidade que considerava esses espaços como ‘zonas de sacrifício’ periféricas, ideais para as prioridades científicas e tecnológicas da metrópole” (Hill, 2025, p. 4). O historiador vai além e afirma que “as quedas radioativas, em particular, foram consideradas como tendo o efeito de ‘colonizar’ os corpos e os ambientes estrangeiros por meio de seus resíduos tóxicos” (Hill, 2025, p. 6).

As “zonas de morte”, conforme analisa Ignacio Mendiola (2020) a partir de Mbembe (2018), constituem espaços politicamente produzidos, onde o Estado inverte sua função original de garantir direitos e passa a administrar a destruição². Em vez de limitar a violência, o poder soberano a institucionaliza, transformando-a em técnica de governo. Longe de serem vazios demográficos, esses territórios abrigavam comunidades tradicionais dotadas de histórias, vínculos e cosmologias próprias, posteriormente deslocadas, contaminadas e submetidas a uma dependência econômica e cultural em relação às metrópoles. As consequências dessa gestão necropolítica foram devastadoras e persistentes, adoecimento coletivo, desintegração sociocultural e epidemias de câncer e infertilidade decorrentes da exposição radioativa, marcas profundas de um poder que faz da morte não uma exceção, mas um instrumento contínuo de administração política.

Além dessa colonização dos corpos, havia uma dimensão estratégica que orientava a escolha dos locais de teste. Realizar experimentos nucleares em territórios plenamente soberanos poderia gerar graves custos políticos para os governos centrais, sobretudo diante da ausência de dados empíricos confiáveis sobre os efeitos da radiação e da impossibilidade de garantir a segurança das populações vizinhas às áreas de explosão. Por isso, seria impensável que o Norte Global ameaçasse a vida de seus próprios cidadãos situados no “centro” do sistema internacional. A solução encontrada foi deslocar o risco, escolher espaços coloniais ou pós-coloniais, habitados por corpos não ocidentalizados, historicamente desprovidos de poder político e reconhecimento internacional. Assim, essas práticas revelam aquilo que Mbembe

² Achille Mbembe não utiliza literalmente a expressão “zonas de morte”, no ensaio “Necropolítica” (2003), o autor descreve “mundos da morte” e “campos de morte” como espaços politicamente produzidos nos quais populações inteiras são submetidas a condições de destruição contínua. A formulação explícita do termo “zonas de morte” aparece em Ignacio Mendiola (2020).

(2016, p. 128) descreve como a produção de corpos racializados “descartáveis”, desumanizados e expostos em primeira linha aos projetos de morte do Estado.

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros, ou dominá-los (MBEMBE, 2016, p. 8).

Para Mendiola (2017), o conceito de *inabitável* não designa apenas um espaço físico hostil, mas uma condição política e existencial que nega a própria possibilidade de habitar. Inspirado em Deleuze e Guattari (1980), o autor propõe compreender o inabitável como um conceito geográfico e ontológico, que conecta a produção do espaço à produção da vida. Habitar, nesse sentido, não é apenas ocupar um território, mas construir vínculos, sentidos e formas de existência. O inabitável surge quando essa experiência é negada, quando o espaço é produzido de modo a impedir o viver, expulsar corpos e dissolver a reciprocidade entre o habitante e o habitat. Trata-se, portanto, de uma forma de violência que transforma o espaço em dispositivo de exclusão e morte.

Mendiola (2017) descreve o viver como uma condição de vulnerabilidade e interdependência, o corpo humano é sempre aberto ao outro, dependente do cuidado e das relações que sustentam a vida. No entanto, nas geografias do inabitável, essa vulnerabilidade é explorada politicamente, convertendo-se em uma forma de dominação. O que caracteriza o inabitável não é apenas a presença da violência, mas a ausência estrutural do cuidado, a impossibilidade de recompor laços, de restaurar o convívio e de proteger o corpo exposto. Habitar o inabitável é existir em um estado de abandono administrado, onde a vida é mantida apenas para que permaneça vulnerável. Desse modo, o inabitável é a própria institucionalização da exposição, um espaço onde o viver se converte em sobrevivência precária.

Por fim, o teórico caracteriza essa forma de vida como um regime espectral, em que a violência se torna simultaneamente visível e invisível. O inabitável não é uma anomalia isolada, mas um tecido global de espaços interconectados, colônias, campos, zonas contaminadas e fronteiras, que reproduzem, em escalas distintas, as mesmas lógicas de exclusão. O termo “espectral” expressa essa ambiguidade, o inabitável é um vestígio do poder político, jurídico e econômico que o produz, mas também um fantasma que espelha o desvio da modernidade. Ao revelar a vida mutilada, contaminada e expropriada de seus lugares de pertencimento, o inabitável nos confronta com a verdade incômoda de que esse impasse não é exceção, mas parte

constitutiva do mundo moderno. Assim, o inabitável é o sintoma mais radical da necropolítica, a fabricação deliberada de espaços onde a vida já não pode viver.

Sendo assim, essa dinâmica permaneceu oculta por décadas devido à invisibilidade política e simbólica das populações afetadas. As violências sistemáticas eram naturalizadas ou justificadas sob o argumento de que esses espaços pertenciam ao domínio colonial e, portanto, podiam ser utilizadas a serviço do interesse metropolitano. Para além da militarização institucionalizada, os Estados ocidentais detinham o monopólio do discurso, legitimando as explosões atômicas como medidas de segurança em plena Guerra Fria (1947–1991) e como supostos vetores de desenvolvimento tecnológico. Somente nas últimas décadas tais narrativas começaram a ser questionadas, e o alcance real desses impactos passou a ser dimensionado. Segundo dados do *Norwegian People's Aid* (2025):

Este é um problema internacional, porém pouco divulgado. Ao todo, mais de 2.000 explosões nucleares de teste foram realizadas entre 1945 e 2017 em locais que hoje estão sob o controle de 15 Estados. Isso causou e continua a causar inúmeras mortes, ferimentos e problemas de saúde, traumas psicológicos, danos socioeconômicos e culturais, além de deslocamentos populacionais.

A necropolítica, ao evidenciar a gestão diferencial da morte, revela apenas uma das faces de um sistema mais amplo, a economia política global da vida e da destruição. As “zonas de morte” e os “territórios inabitáveis” não são apenas produtos de decisões soberanas localizadas, mas efeitos estruturais de uma ordem mundial que opera segundo a lógica da extração e do descarte. O poder de decidir quem deve morrer, e onde a morte pode ser administrada, está profundamente vinculado ao modo capitalista de produção, que transforma a própria vida em um recurso estratégico. Assim, as geografias da morte descritas por Mbembe (2003) e Mendiola (2017) articulam-se à divisão internacional do trabalho e ao controle desigual dos meios de produção e de destruição. O inabitável, nessa ótica, é também uma categoria econômica, ele indica a espacialização da desigualdade e a materialização da violência sobre corpos e territórios tornados excedentes.

2.2 Imperialismo versus Neocolonialismo

Diante disso, compreender o colonialismo nuclear apenas como administração da morte seria insuficiente. As “zonas de sacrifício”, as “zonas de morte”, e os territórios inabitáveis descritos até aqui não resultam apenas de decisões soberanas, mas de uma arquitetura global que organiza a desigualdade, distribui diferencialmente a vulnerabilidade e define quais populações podem ser expostas à destruição em nome do “progresso”. Em outras palavras, a

necropolítica opera dentro de uma economia política mundial estruturada pela hierarquia centro-periferia. É nesse ponto que a análise se articula ao debate marxista sobre imperialismo e às continuidades entre colonialismo clássico e formas contemporâneas de dominação.

Como proposto desde o início, a temática do colonialismo nuclear pode ser analisada a partir de um repertório teórico plural, que inclui o marxismo e seus desdobramentos críticos. Sob essa perspectiva, a tradição marxista nas Relações Internacionais permite compreender o sistema global como uma ordem estruturada pela desigualdade e pela concentração de poder³. O mundo não é concebido como um conjunto de Estados autônomos, mas como uma rede hierarquizada pela lógica da acumulação capitalista, na qual as potências centrais detêm o monopólio dos recursos, da tecnologia e da violência legítima, enquanto as regiões periféricas são mantidas em posição de dependência e vulnerabilidade. Essa leitura oferece o ponto de partida para compreender o colonialismo nuclear como expressão extrema da assimetria centro-periferia, em que o domínio econômico e científico do Norte global se exerce sobre corpos e territórios considerados sacrificáveis.

Sob as lentes da Teoria Imperialista, criada por Vladimir Lênin (2017) e altamente difundida no ramo da disciplina e em outras ciências humanas correlatas, é possível compreender a logística de como o modo de produção em ênfase e a luta ideológica reinavam na era dos grandes impérios. A partir desse conceito, o termo “imperialismo” configura-se como uma política de projeção de poder estatal para além dos seus limites geográficos, concretizada por meio de instrumentos como a coerção militar, a dominação econômica e outras formas de controle político e costumeira: A partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido (Lênin, 2017, p. 217).

Dessa forma, por meio do entendimento do conceito previamente tratado, é possível assimilar do que se trata a problemática. À luz da crítica marxista, torna-se evidente que o imperialismo, fase avançada do capitalismo, utiliza de novas roupagens, mantendo sua essência exploratória. O *colonialismo nuclear* não constitui uma ruptura, mas uma continuidade histórica de preceitos de aglutinação e dominação, agora flexibilizada pelas modificações que o modo de

³ A tradição marxista em Relações Internacionais constitui-se em contraposição direta às abordagens dominantes do campo, especialmente o realismo e o liberalismo. Enquanto essas correntes tratam os Estados como unidades autônomas que competem ou cooperam em um sistema anárquico, a perspectiva marxista entende o sistema internacional como expressão das contradições internas do capitalismo e das estruturas de exploração que organizam a economia mundial. Assim, autores como Lênin (1917), Marini (1973), Theotonio dos Santos (1978) e Wallerstein (1974) deslocam o foco da análise das dinâmicas interestatais para a lógica da acumulação, para as hierarquias centro-periferia e para os mecanismos estruturais que produzem desigualdade no sistema global.

produção em questão exigiu para que pudesse ser otimizado a partir das demandas armamentistas e financeiras estabelecidas desde o cenário antes das guerras mundiais:

O imperialismo é o capitalismo numa fase de desenvolvimento em que se formou a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu importância de primeiro plano a exportação de capitais, começou o reparto do mundo entre os trustes internacionais e terminou o reparto de toda a Terra entre os países capitalistas mais importantes (Lênin, 1982, p. 92).

Nesse ponto, é fundamental compreender que o imperialismo, embora adaptado às exigências do capitalismo avançado, não extingue a lógica colonial. Kwame Nkrumah (1965) denomina esse processo de *neocolonialismo*, o “último estágio do colonialismo”, no qual o domínio político direto é substituído por mecanismos econômicos, financeiros e tecnológicos de dependência. Mesmo após a independência formal das antigas colônias, o controle das potências centrais se mantém através da exportação de capitais, da imposição de modelos de desenvolvimento e da subordinação militar e científica. Essa nova forma de dominação preserva a hierarquia entre centro e periferia, agora mascarada pela retórica do “progresso” e da “cooperação internacional”, uma dinâmica que se manifesta de modo exemplar no colonialismo nuclear, onde as potências do Norte global deslocam os riscos e os resíduos de sua tecnologia para os corpos e territórios do Sul.

Essa discussão se articula com a distinção conceitual apresentada na seção anterior, se a colonização corresponde ao processo de ocupação direta, e o colonialismo ao regime estrutural que organiza essa dominação, o neocolonialismo pode ser entendido como a atualização contemporânea dessa mesma lógica. Em Nkrumah (1965), o neocolonialismo não substitui o colonialismo, mas o prolonga em novas formas de dependência econômica, financeira e tecnológica. Trata-se, portanto, de uma etapa histórica da própria estrutura colonial, em que a coerção direta perde centralidade, mas a hierarquia centro-periferia permanece intacta. Essa continuidade é fundamental para compreender como o colonialismo nuclear opera, deslocando riscos e resíduos para territórios periféricos já previamente produzidos como subordinados.

Dessa perspectiva, o colonialismo nuclear pode ser compreendido como uma expressão contemporânea do neocolonialismo, em que a dependência econômica e tecnológica se converte em vulnerabilidade ambiental e existencial. É nesse cenário que se inserem as pautas econômicas que motivaram tais ações, em especial a lógica de seleção de terras e populações sujeitas à exploração atômica, na qual a exacerbação do lucro pode ser alcançada na escolha de

territórios sem indenização aos povos originários e na mobilização das economias locais em função dos experimentos nucleares (Chesneaux, 1995).

Nesse âmbito, é evidente afirmar que o Norte Global produziu lucros inestimáveis nessa indústria armamentista, pois concentrou a produção militar em áreas “sacrificáveis”, seus riscos eram, na época, incognoscíveis, pouco importava se a pesca era inviabilizada, como ocorreu nas Ilhas Marshall após a contaminação das águas pelo teste *Castle Bravo*, ou se a agricultura era brutalmente minada, como no Saara argelino após os ensaios franceses. Do mesmo modo, comunidades indígenas australianas foram expulsas de Maralinga, enquanto minas de urânio no Canadá e na Namíbia expuseram trabalhadores e populações locais a condições tóxicas (Hennaoui, 2025). O que prevalecia era a lógica de que, contanto que a economia e a segurança do centro não fossem prejudicadas, os custos sociais e ambientais impostos à periferia poderiam ser ignorados.

2.3 Teoria Sistema-mundo

As categorias de imperialismo e neocolonialismo esclarecem os mecanismos contemporâneos de dominação e dependência, mas ainda deixam em aberto a dimensão histórica de longa duração que estrutura o capitalismo global. É justamente nesse ponto que a obra de Immanuel Wallerstein (2004) amplia o horizonte analítico ao deslocar o foco do evento isolado para a lógica sistêmica que organiza o mundo moderno. Sua *Teoria do Sistema-Mundo* mostra que a hierarquia entre centro e periferia não é contingente, mas constitutiva do funcionamento do capitalismo histórico, produzindo uma divisão internacional do trabalho que se estabiliza e se reproduz ao longo dos séculos. Segundo o autor, um Sistema-Mundo é uma formação social dotada de fronteiras, regras de legitimidade e mecanismos de coerência, articulada em torno de economias-mundo e impérios-mundo que podem coexistir, interagir e se sobrepor territorialmente.

Nesse arranjo, os Estados centrais concentram o monopólio tecnológico e militar, enquanto os territórios periféricos absorvem custos, riscos e impactos dessa expansão, convertendo-se em “zonas de sacrifício” indispensáveis à reprodução da ordem global. Essa assimetria, consolidada ao longo dos séculos, assumiu novas feições no pós-guerra, quando regiões historicamente subordinadas deixaram de ser apenas fontes de matérias-primas e passaram a funcionar como bastidores do desenvolvimento científico e militar das potências centrais. Essa reconfiguração produziu verdadeiras “terras arrasadas”, espaços moldados

segundo as necessidades estratégicas do centro e marcados por profunda devastação social, ambiental e cultural (Wallerstein, 2004).

A Teoria do Sistema-Mundo ajuda a compreender essa dinâmica ao conceber o capitalismo como um sistema histórico que articula múltiplas unidades políticas e culturais sob regras e estruturas comuns. Como explica Wallerstein (2004, p. 42-43), trata-se de “*uma ampla região espaço-temporal integrada por atividades econômicas e institucionais obedecendo regras sistêmicas*”. Nesse quadro, a divisão internacional do trabalho organiza o mundo em três posições estruturais, centro, semiperiferia e periferia, definindo funções econômicas distintas e hierarquizadas. Essa organização não apenas distribui desigualmente riqueza e poder, mas assegura que os Estados periféricos permaneçam dependentes, fornecendo insumos de baixo valor agregado e arcando com os impactos sociais e ambientais que permitem aos países centrais sustentar sua posição hegemônica.

Wallerstein (2004) propõe que o colonialismo histórico (séculos XV–XX) foi a circunstância mais chamativa pelo qual o centro impôs essa divisão ao mundo. A exploração de recursos naturais e de mão de obra fora do eixo das metrópoles promoveu a acumulação no epicentro. Após a descolonização formal, as nações ricas recorrem ao neocolonialismo e imperialismo informal, que continuam a estruturar o sistema edificados por um solo que jaz corpos não-brancos.⁴ A partir desse ponto de vista, é possível estabelecer uma conexão entre o *colonialismo nuclear*, analisado aqui sob a ótica da *necropolítica*, e a *tradição marxista*, bem como com teorias derivadas dela, que oferecem contribuições complementares ao tema.

Esse sistema se expande desde o século XVI e se transforma conforme as peculiaridades de cada área (Américas, África ou Ásia). Esse cenário no Sul Global partilha de características centradas de instabilidade política, fragilizada perante a manipulação externa do Norte, que o condiciona não só a submissão econômica (com estruturas dependentes de *commodities* ou de baixo valor agregado, por exemplo), mas também expande sua imposição direta ou indireta em âmbitos securitários e políticos. Tal afirmação confere a não aleatoriedade da escolha de diversas metrópoles em atribuírem suas sedes de ensaios nucleares em suas colônias, através desse feito, conferiram menores estorvos ao deslocar o pesado fardo de mudanças sanitárias, sociais e ambientais nas costas de povos indígenas, camponeses e insulares, enquanto a leveza

⁴ O neocolonialismo refere-se à manutenção de relações de dependência e dominação após a descolonização formal, por meio de mecanismos econômicos, financeiros, culturais e políticos que perpetuam a subordinação da periferia ao centro (Nkrumah, 1965). Já o imperialismo informal diz respeito às formas de controle exercidas sem ocupação territorial direta, baseadas em pressão diplomática, alianças militares, dependência tecnológica ou influência cultural (Gallagher; Robinson, 1953).

do sentimento de segurança e conservação da própria terra era usufruído apenas por habitantes do Norte Global.

Nesse sentido, é possível postular que existem diversos facilitadores elencados pela *Teoria do Sistema Mundo* que modulam a necropolítica desses Estados centrais: como a distância geográfica de suas colônias de grandes centros de poder, sua composição populacional majoritariamente contemplada de corpos não-brancos, que muitas vezes não estavam no “lobby” de interesse de discussão da mídia, e adulteração de instrumentos legítimos desses Estados do Sul Global (como a política e legislação) para facilitação de trâmites. A isso somam-se a fragilidade econômica estrutural, a dependência militar, a produção discursiva que descrevia desertos e ilhas como “territórios vazios”, além do silenciamento internacional e midiático, todos fatores que reforçaram a descartabilidade de populações periféricas no sistema global.

2.4 A articulação da Teoria Imperialista e Teoria Sistema-Mundo diante do necropoder

Sob essa ótica, ao integrar a *Teoria Imperialista* e a *Teoria do Sistema-Mundo*, evidencia-se que a dominação não se limita à ocupação territorial ou à exploração econômica. Ela cria raízes profundas na contemporaneidade, penetrando também na ordem epistêmica e na arquitetura do Sistema Internacional. Essa lógica imperialista se manifesta concretamente nos impactos sofridos pelas regiões periféricas, os danos ambientais e sanitários irreversíveis são impostos de forma sistemática, condicionando permanentemente essas áreas em prol da segurança e do progresso das potências centrais, conforme destacado na teoria de Wallerstein sobre a acumulação capitalista.

Em síntese, o conceito de *necropolítica* se entrelaça diretamente com os fundamentos teóricos de Wallerstein e Lênin, evidenciando que a hegemonia atômica não se limita a um episódio técnico ou isolado, mas se sustenta em pilares de violência interestatal sistêmica. Os danos infligidos ao bem-estar das populações da periferia global não constituem efeitos secundários ou acidentais do colonialismo, ao contrário, são elementos ativos na manutenção econômica e política do centro global, inseridos em uma dinâmica de poder assimétrico que postergou a plena independência de diversas nações. Conceder-lhes autonomia irrestrita significaria permitir o exercício bélico conforme seu próprio critério, o que ameaçaria a supremacia do centro. Dessa forma, o “colonialismo nuclear” revela-se como uma prática estrutural de necropolítica, profundamente enraizada no imperialismo e na lógica do “sistema-mundo capitalista”, preparando o terreno para a análise histórica e empírica que se segue.

Por fim, ainda que esta seção tenha enfatizado a dimensão estrutural e histórica do colonialismo nuclear, articulando necropolítica, imperialismo e sistema-mundo, é importante destacar que a materialidade da dominação também se sustenta em construções simbólicas e identitárias. A escolha dos territórios “sacrificáveis” e das populações expostas à morte não se explica apenas por fatores econômicos ou estratégicos, mas também por representações sociais de alteridade e ameaça. Essa dimensão discursiva e intersubjetiva será retomada adiante, à luz do construtivismo de Alexander Wendt (1992; 1999), para compreender como as identidades estatais e as percepções de perigo moldam as práticas nucleares no sistema internacional.

3 DO PÓS-GUERRA ÀS ZONAS DE MORTE: A EMERGÊNCIA DO COLONIALISMO NUCLEAR

A articulação entre imperialismo, neocolonialismo e sistema-mundo evidencia que a hierarquia global não é um resíduo do passado, mas um dispositivo ativo que organiza a distribuição desigual de vida, morte, tecnologia e risco. Partindo dessa perspectiva, este capítulo examina como a era nuclear se insere, e simultaneamente aprofunda, esses padrões estruturais. Em vez de inaugurar uma ruptura, o pós-guerra intensifica as formas históricas de exploração da periferia, agora convertidas em laboratórios radioativos, zonas militares e territórios de descarte. É nessa confluência entre lógica colonial herdada, divisão centro-periferia e racionalidade necropolítica que se inscreve o fenômeno que aqui denomino colonialismo nuclear. Para demonstrá-lo, o capítulo reconstrói o contexto geopolítico imediato do pós-Segunda Guerra Mundial, caracterizado pela disputa hegemônica entre Estados Unidos e União Soviética e pela centralidade do conhecimento científico como instrumento de dominação. A vitória aliada consolidou o discurso da modernidade tecnológica como sinônimo de civilização e segurança, legitimando o uso do átomo tanto para fins militares quanto “pacíficos”.

Nesse cenário, o desenvolvimento nuclear passou a ser celebrado como o ápice do progresso científico e da superioridade geopolítica. Contudo, a concretização desse projeto exigiu a escolha deliberada de territórios afastados, ilhas, desertos, áreas coloniais e espaços considerados “vazios” pela lógica imperial, como locais de experimentação e descarte. Como observa Jacobs (2013, p. 173), “não é coincidência que as áreas selecionadas acabaram todas sendo o mais remotas possível das terras e populações da potência nuclear, situadas nos extremos do império ou nos limites geográficos do território doméstico”. A partir desse movimento, o colonialismo nuclear emerge não apenas como herança da guerra, mas como um projeto ativo de reorganização do mundo, no qual ciência, capital e poder imperial se articulam na produção de novas fronteiras de exclusão, vulnerabilidade e risco.

3.1 A corrida nuclear no pós-guerra e a lógica bipolar

Durante o século XIX e início do XX, a corrida imperialista considerava como “ganhadores” os Estados que possuíssem mais fôlego na conquista de terras, configurando a partilha do mundo (principalmente em terras da África e Ásia) entre os europeus. No entanto, após a detonação atômica no Japão e o início da ebullição dos movimentos independentistas que seguiram as grandes guerras, a produção de tecnologia nuclear se impôs como novo símbolo de

poder. O sucesso de uma nação, antes medido pela quantidade de bandeiras hasteadas na periferia global, agora era medido pelo sucesso do manejo de material radioativo (Jacobs, 2013).

A partir dessa perspectiva, conforme os grupos minoritários clamavam por paz e descolonização, os países centro utilizavam suas periferias na consolidação de um novo colonialismo: o nuclear. *Odd Arne Westad*, historiador especializado na Era da Bipolaridade dispara que: “A Guerra Fria foi uma continuação do colonialismo por meios um pouco diferentes” (Westad, 2007, p. 396). Sendo assim, as terras devastadas eram cedidas por diversos motivos, sejam eles a vontade das lideranças dominadas obterem alguma vantagem com o seu respectivo império, a capacidade da publicidade e a ignorância da soberania desses povos subalternizados. Nesse âmbito, após a detonação de Hiroshima e Nagasaki em 1945, o mundo conheceu o poder de devastação de uma bomba atômica, que até então, era potência nunca convertida em ato. Assim, os Estados Unidos alegaram a necessidade de testes contínuos para destruição de seus inimigos (primeiramente, os nazistas, e após, os comunistas) para o contraditório “alcance da paz”.

A motivação europeia atravessa um paralelo com a experiência estadunidense, visto que, com a destruição da Europa na guerra, os europeus tentavam escapar do *status* de “potência secundária” e recuperar a autonomia bélica, até então perdida para a sua dependência dos americanos. Tal afirmação pode ser percebida pelo fato que o famoso “Projeto Manhattan⁵” estadunidense era uma fusão com o programa inglês *Tubbe Alloys*⁶, criado em 1941. Todavia, segundo o Museu Nacional da Marinha do Reino Unido (2023), em 1946 os Estados Unidos, restringiu o compartilhamento de informações sobre armas nucleares com outros países, incluindo o Reino Unido, isso resultou na mobilização das terras britânicas da criação de um modelo próprio, de codinome “*High Explosive Research*”, visando maior sucesso hierarquicamente.

Outro exemplo expressivo de *status-seeking*⁷ e de progressiva desvinculação estratégica em relação aos Estados Unidos pode ser observado na remodelação do Estado francês sob o

⁵ De acordo com Alex Wellerstein (2019), o Projeto Manhattan representou uma iniciativa conjunta entre os Estados Unidos e o Reino Unido voltada para o desenvolvimento de armas nucleares.

⁶ O *Tube Alloys* foi o precursor britânico do Manhattan Project, representando o primeiro esforço organizado para construir uma bomba atômica durante a Segunda Guerra Mundial.

⁷ *Status-seeking* é um conceito das Relações Internacionais que designa o conjunto de estratégias empregadas por Estados para ampliar seu prestígio, reconhecimento e posição hierárquica no sistema internacional. Ele aparece em diferentes tradições teóricas, do realismo ao construtivismo, e inclui ações como aquisição de tecnologia militar de ponta, busca por autonomia estratégica, demonstrações de poder, participação em instituições multilaterais e construção de narrativas nacionais de grandeza. No caso francês, a aposta na autonomia nuclear expressa um movimento de reposicionamento simbólico e material da França como potência independente das superpotências da Guerra Fria (Hansen; Wäver, 2002; Larson; Shevchenko, 2010).

governo do general Charles de Gaulle. Criador da Quinta República e presidente entre 1959 e 1969, De Gaulle impulsionou como nenhum outro líder francês o desenvolvimento da capacidade nuclear bélica, acelerando o programa atômico nacional e reposicionando a França como potência autônoma no sistema internacional. O líder político retirou a França do comando militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1966, apesar de ainda integrá-la, a fim de buscar maior independência de ação. O mesmo desenvolveu o programa nuclear do Estado de maneira tão ávida que ela se tornou a quarta maior força mundial, com o disparo de sucesso de um dispositivo nuclear feito no Saara em 1960. Com isso, pode-se inferir que: “Uma vez construídas as armas, o ciclo imperial recomeçou, com o bombardeamento atômico, mais palatavelmente designado por ‘testes nucleares’, das Ilhas Marshall, do Saara, da Nação Navajo, de Maralinga, de Moruroa e de outros espaços colonizados (Hecht, 2011, p. 4-5).

Nessa esfera, é válido apontar que a procura pela não subjugação aos norte-americanos prevaleceu na fala de diversos estadistas europeus na tentativa de legitimar suas ações e convencer o tecido social a aderir tal narrativa, como é observado nesse trecho proferido pela França Gaullista:

É preciso que a defesa da França seja francesa. Isso é uma necessidade que nem sempre foi muito familiar ao longo dos últimos anos. Eu sei disso. É indispensável que ela volte a ser assim. Um país como a França, se algum dia entrar em guerra, precisa que seja sua própria guerra. É preciso que o esforço seja seu esforço. Caso contrário, nosso país estaria em contradição com tudo o que é desde suas origens, com seu papel, com a estima que tem de si mesmo, com sua alma. Naturalmente, a defesa francesa seria, se necessário, conjugada com a de outros países. Isso faz parte da natureza das coisas. Mas é indispensável que seja própria, que a França se defende por si mesma, para si mesma e à sua maneira (De Gaulle, 1959, [s. p.]).

Como pretendido argumentar, mostra-se que essa escolha não é de caráter colateral, mas pautada em falácias de cunho quase que civilizatório com a realização de promessas de prosperidade econômica nessas pequenas vilas raramente situadas no mapa. Ainda versando acerca do caso da Polinésia Francesa, a aplicação massiva de capital em estradas, portos (tanto aéreos como marítimos) e habitações militares era justificado como um investimento no território, argumentando a construção de um futuro mais moderno. Como aponta o Comissariado de Energia Atômica e Energias Alternativas (2023), o diretor da Comissão Permanente da Assembleia Territorial da Polinésia Francesa, Jacques Denis Drollet, defendeu que a instalação do Centro de Experimentação do Pacífico (CEP) geraria empregos para a população local e serviria como motor de desenvolvimento econômico do território, especialmente no setor do turismo (CEA, 2024).

Contudo, lideranças contemporâneas das ilhas afetadas denunciam que tais promessas se converteram em séculos de doença e dependência. Em 2021, durante a visita do presidente Emmanuel Macron ao Taiti, o líder comunitário Hiro Tefaarere declarou: “Não queremos mais desculpas simbólicas. Queremos justiça, reparação e o reconhecimento de que fomos cobaias de uma potência colonial” (Euronews, 2021). Na mesma ocasião, o próprio Macron reconheceu publicamente que “não teríamos feito esses testes na Creuse ou na Bretanha” (Euronews, 2021), admitindo que a França jamais teria conduzido experiências atômicas em solo metropolitano, uma confissão que reforça a dimensão racial e colonial das escolhas territoriais do programa nuclear francês.

3.2 A lógica da escolha territorial: áreas desertas e a ficção do “vazio”

Para além do convencimento através de uma lógica militarizada, os estadistas também utilizaram a instrumentalização de cientistas como forma de homologação do fenômeno. A partir desse ponto de vista, “a percepção imperial de ambientes como desertos e ‘ilhas desertas’, e das pessoas que os habitavam, foi um fator crucial no desenvolvimento nuclear. Essas ilhas eram vistas como ‘matéria exótica’ por físicos do século XIX” (Hill, 2025, p. 4). Nessa perspectiva, diversos países produziram relatórios geográficos e sanitários, apontando justificativas de que essa condução seria feita de forma segura, uma vez que as maiorias dessas localidades ultramarinas eram apresentadas pela maioria das pessoas como localidades inóspitas, algo que não coincide com a realidade factual, pois essa visão apagava quem de fato ali habitava, como aponta a física e teórica Karen Barad:

O vazio, um aparato muito valorizado do colonialismo, um imaginário astuto e insidioso, uma forma de oferecer justificativa para reivindicações de propriedade na ‘descoberta’ de território ‘virgem’, a noção particular de que espaços ‘não cuidados’, ‘incultos’ e ‘incivilizados’ são vazios em vez de abundantes, tem sido uma ferramenta desgastada, usada a serviço do colonialismo, do racismo, do capitalismo, do militarismo, do imperialismo, do nacionalismo e do cientificismo (Barad, 2019, [s. p.]).

Essa denúncia reaparece também entre lideranças indígenas australianas e americanas. Em 2020, a ativista Anangu Yami Lester Jr., filha de um sobrevivente cego pelos testes britânicos em Maralinga, declarou: “Nossos corpos foram o solo de testes da Rainha. O colonialismo nuclear nunca acabou, ele apenas mudou de forma” (Ladd, 2020). Já em 2017, a representante do povo Western Shoshone, Ian Zabarte, disse à ONU: “Ainda hoje, o governo dos Estados Unidos insiste que nossas terras são vazias. Mas nelas estão nossos ancestrais,

nossa água e nossa vida, e tudo foi contaminado em nome da segurança nacional” (Sherriff, 2023).

Em conjunto, esses episódios revelam que a corrida nuclear no pós-guerra não pode ser compreendida apenas como um capítulo da rivalidade geopolítica entre grandes potências, mas como parte de uma engrenagem colonial que reorganizou a vida e a morte em escala planetária. A apropriação de territórios ultramarinos, a instrumentalização de populações racializadas, a retórica desenvolvimentista e a autoridade científica mobilizada para legitimar tais práticas compuseram um mesmo dispositivo de poder, no qual a experimentação atômica se tornou possível porque seus custos foram deslocados para aqueles historicamente situados fora do “círculo da humanidade plena”. Essa combinação de violência, técnica e soberania não se limitou à destruição material, mas produziu narrativas, afetos e crenças que moldaram profundamente a imaginação política da Guerra Fria.

3.3 Entre espetáculo e violência: cultura atômica no pós-guerra

É nesse ponto que se torna necessário observar outra dimensão fundamental desse processo, o modo como o átomo foi transformado em palco, promessa e linguagem cultural. Se, de um lado, o colonialismo nuclear operou pela administração necropolítica dos territórios escolhidos como zonas de sacrifício, de outro, sustentou-se por uma intensa produção simbólica, filmes, exposições, propagandas, festivais, desenhos animados e discursos públicos, que buscou apresentar a era atômica como horizonte de progresso e segurança. Assim, para compreender plenamente como a nuclearidade se enraizou no tecido social do pós-guerra, é preciso examinar a cultura atômica como forma de governo dos afetos e como estratégia de inscrição da violência em regimes de visibilidade. É justamente essa articulação entre espetáculo e destruição, entre promessa futurista e devastação colonial, que orienta a próxima seção.

Ademais, o investimento massivo em mídia propagandística criou uma verdadeira cultura do espetáculo em torno das explosões atômicas, transformando a devastação em signo de poder e promessa de futuro. As imagens das enormes nuvens de cogumelo, amplamente divulgadas em revistas, filmes e cartazes, tornaram-se ícones da modernidade e da supremacia tecnológica dos Estados Unidos. O horror foi estetizado e, paradoxalmente, convertido em símbolo de segurança nacional e de triunfo civilizatório. De acordo com Paul Boyer (1985), em *By the Bomb's Early Light*, a cultura americana do pós-guerra produziu um imaginário contraditório no qual o átomo era simultaneamente fonte de destruição e de redenção, a energia

que arrasou Hiroshima e Nagasaki seria também a que traria prosperidade, cura e modernidade à humanidade. Revistas como *Life*, *Time* e *Collier's* difundiram narrativas otimistas, sugerindo que os benefícios médicos e industriais da energia nuclear já superaram as vidas ceifadas pelas bombas, uma retórica que encobria os traumas humanos sob o mito do progresso científico (Boyer, 1985).

A partir desse viés, o emprego do protagonismo retórico estadunidense constituiu um ideário de que os povos indígenas faziam parte da nação, ao invés de duas composições soberanas diferentes, atribuindo as atividades bélicas de estadistas e corporativas como parte de um suposto interesse nacional, classificando os opositores dessas atividades como “não-patriotas” e traidores e operando através de uma lógica de confinamento discursivo. Essa última tática, segundo Taylor, Kinsella, Depoe e Metzler (2005, p. 382), “frequentemente opera com a premissa de que a participação pública é um risco potencial aos interesses oficiais e, portanto, deve ser minimizada e controlada”. Essa diretriz foi amplamente instrumentalizada no episódio da “Montanha Yucca”, no estado de Nevada, onde o governo norte-americano alegava a necessidade de armazenamento de lixo nuclear no local. Isso é constatado na análise do caso por Danielle Endres:

Em vez de nomear explicitamente os indígenas americanos como “selvagens” (uma estratégia comum identificada na literatura sobre colonialismo retórico), essa estratégia nomeia as nações indígenas americanas como parte do público dos EUA, negando negociações de governo para governo, forçando sua participação no período de comentários públicos e descrevendo todos os opositores como críticos públicos. (...) Além disso, forçar os indígenas americanos a participar das audiências públicas também serve para excluir seus argumentos sobre direitos territoriais, soberania e negociações de governo para governo porque, como discutido acima, os modelos atuais de participação pública excluem argumentos não científicos. Embora as nações indígenas americanas tenham afirmado seus direitos territoriais e sua soberania política durante o período de comentários públicos, elas e seus argumentos foram retoricamente apagados por um discurso que os nomeava como parte do público dos EUA (Endres, 2009, p. 50).

3.4 Instrumentalização do discurso cristão na Guerra Fria

Ademais, o emprego da retórica religiosa era amplamente difundido tanto para o tecido social presente no centro como na periferia nuclear. Nos Estados Unidos, por exemplo, a adoção do lema nacional em 1956 “*In God we trust*”, em português, “Em Deus nós confiamos” traçava uma clara antítese ao ateísmo estatal promovido pela União Soviética. Nesse sentido, os atos bélicos realizados pela potência Ocidental utilizavam a religião como muleta, ajudando em seu caminho de conversão do convencimento ao público sobre a legitimidade dessas armas. Não obstante, esse discurso foi igualmente empregado nas regiões em que dominavam e usado como

tática de convencimento para adesão geral de mudanças culturais, econômicas e fitossanitárias que seriam aplicadas não pelos dominadores dessas terras, mas sim “em nome de Deus”.

Um exemplo particularmente vívido dessa retórica justificatória ocorreu no Atol de Bikini, caso que será aprofundado posteriormente. Jacobs (2013, p. 2) relata que o comodoro norte-americano Ben H. Wyatt, responsável pelas operações nas Ilhas Marshall, comparou os habitantes locais aos “filhos de Israel”, conduzidos por Deus à Terra Prometida. Segundo o militar, os *marshallinos* estariam cumprindo uma missão divina ao ceder suas terras para os testes nucleares, uma narrativa que transformava a violência colonial em sacrifício espiritual e a destruição em ato de fé. Essa analogia foi registrada por Richard (1957, p. 510, *apud* JACOBS, 2013, p. 2), que observa como Wyatt descreveu a bomba como instrumento de salvação e vitória americana. A cena revela a fusão entre teologia e poder militar, um discurso messiânico que naturaliza a dominação ao enquadrar a submissão colonial como gesto de redenção. O colonialismo nuclear, assim, se legitima não apenas por argumentos científicos e estratégicos, mas também por metáforas religiosas que produzem obediência simbólica.

3.5 A geopolítica da vulnerabilidade: como a retórica da segurança legitimou as zonas de sacrifício

A circulação global dessas narrativas também se articulou à diplomacia internacional do pós-guerra. A ONU e os principais tratados multilaterais desempenharam papel ambivalente na institucionalização da era nuclear: ao mesmo tempo em que denunciavam os riscos da radiação, evitaram enfrentar a dimensão colonial dos testes. Resoluções que condenavam explosões atmosféricas silenciavam sobre o fato de que elas ocorriam quase exclusivamente em territórios ocupados, protetorados ou regiões periféricas. O Tratado de Não Proliferação Nuclear (1968) reforçou ainda mais esse enquadramento simbólico, ao legitimar o direito exclusivo das potências nucleares ao armamento atômico enquanto apresentava o desarmamento como promessa futura. Como observam estudiosos críticos do regime nuclear, esse pacto institucionalizou uma hierarquia global travestida de cooperação, transformando a desigualdade entre Estados em norma jurídica e reforçando o imaginário de que o controle do átomo pertencia naturalmente ao Norte global (Sokolski, 2004; Nayar, 2013). Assim, a regulação internacional não rompeu com a lógica colonial: apenas a redesenhou sob linguagem diplomática.

Em suma, a trajetória da corrida nuclear não pode ser compreendida como fenômeno isolado ou desconectado da lógica inaugurada pela expansão imperialista do século XIX. Pelo contrário, ela representa a reconfiguração de mecanismos coloniais já existentes, agora

articulados ao discurso tecnocientífico do pós-guerra. Do lançamento das bombas sobre Hiroshima e Nagasaki ao acirramento da Guerra Fria, a retórica da “segurança” e do “progresso” funcionou como manto ideológico para legitimar decisões estratégicas que deslocaram os custos humanos, ambientais e territoriais da modernidade nuclear para regiões periféricas. À medida que as potências vencedoras da Segunda Guerra consolidavam seu poder atômico, os efeitos devastadores recaíam de maneira sistemática e premeditada sobre o Sul Global, convertendo esses territórios em verdadeiros laboratórios de experimentação e sacrifício.

Delineado esse quadro, torna-se imprescindível examinar como a retórica e as práticas dos centros de poder operaram sobre as periferias nucleares, produzindo aquilo que Mbembe (2003) e Mendiola (2017) descrevem como “zonas de morte”. Isso implica investigar não apenas os dispositivos discursivos que possibilitaram tais escolhas territoriais, mas também as transformações concretas, sanitárias, ambientais, sociais e econômicas, vivenciadas pelas populações afetadas. É nesse horizonte que se insere o próximo capítulo, dedicado à análise comparativa de dois casos emblemáticos do colonialismo nuclear: as Ilhas Marshall e Maralinga. Ao explorar as dinâmicas que marcaram essas experiências, será possível compreender tanto as convergências estruturais que atravessam os projetos atômicos do Norte global quanto as especificidades locais que moldaram as respostas, resistências e cicatrizes deixadas por essas zonas de sacrifício.

4 ILHAS MARSHALL E MARALINGA: CASOS EMBLEMÁTICOS DO SUL GLOBAL

Esta seção dedica-se à análise crítica de dois casos emblemáticos do colonialismo nuclear, as experiências conduzidas pelos Estados Unidos nas Ilhas Marshall e pelo Reino Unido em Maralinga, no deserto australiano. A escolha desses casos não é arbitrária, as Ilhas Marshall condensam a face mais extrema da experimentação atômica norte-americana no Pacífico, combinando alta intensidade de testes, deslocamentos populacionais forçados e contaminação radioativa de longo prazo. Maralinga, por sua vez, representa o núcleo do programa britânico no hemisfério Sul, articulando soberania formal australiana, tutela sobre povos indígenas e a transformação do deserto em “zona de teste” para a *Commonwealth*⁸. Em ambos os contextos, territórios colonizados ou pós-coloniais foram convertidos em laboratórios de risco, onde corpos racializados suportaram o ônus sanitário, ambiental e simbólico do avanço nuclear.

A comparação entre Ilhas Marshall e Maralinga permite evidenciar padrões estruturais e especificidades históricas. Nos dois casos, observa-se a mesma racionalidade necropolítica descrita por Achille Mbembe (2009; 2019), o poder de decidir quem pode ser exposto à morte em nome da ciência, da segurança e do progresso. Ao mesmo tempo, os episódios revelam como o imperialismo e a lógica centro-periferia, discutidos por Lênin (1917) e Wallerstein (2004), são atualizados na era atômica, enquanto os centros detêm a tecnologia e o controle político, as periferias fornecem a terra, os corpos e o silêncio. A análise desses casos, portanto, permite mostrar que o colonialismo não se encerra com a descolonização formal, mas se metamorfoseia em formas técnico-militares de dominação que subordinam povos e territórios à acumulação capitalista e à razão militar do Norte global.

A partir dessa perspectiva, esta seção mobiliza literatura especializada e documentos oficiais produzidos por governos, organismos internacionais e comissões de inquérito para reconstruir as decisões, os impactos e as disputas em torno desses testes. Mais do que descrever acontecimentos, busca-se interpretar como, nas Ilhas Marshall e em Maralinga, o poder nuclear operou como tecnologia de governo sobre a vida e a morte, produzindo “zonas de morte” e, simultaneamente, formas de resistência política e epistêmica por parte das populações afetadas. O *corpus* central desta pesquisa reúne um conjunto abrangente de documentos oficiais e fontes técnico-institucionais que registram o planejamento, a execução, o monitoramento e os

⁸ Commonwealth refere-se a associação de raízes no Império Britânico de cunho voluntário no desenvolvimento de metas que envolvem democracia, paz e desenvolvimento.

desdobramentos dos testes nucleares.

No caso norte-americano, foram utilizados relatórios e pareceres do *Department of Energy* (DOE) e de laboratórios federais vinculados, incluindo levantamentos radiológicos e avaliações de dose nos atóis de Bikini e Enewetak, além de atos normativos e peças do Congresso relativos a compensação e realocação populacional. Também integram o material empírico publicações oficiais do Governo da República das Ilhas Marshall, o histórico do *Compact of Free Association*, decisões do Departamento de Defesa e da Marinha dos Estados Unidos, bem como relatórios produzidos por órgãos das Nações Unidas sobre direitos humanos e meio ambiente.

Para o caso de Maralinga, o núcleo documental inclui os volumes e anexos da *Royal Commission into British Nuclear Tests in Australia* (1984–85), artigos e documentos da organização *International Physicians for the Prevention of Nuclear War* (IPPNW) em colaboração com a *International Campaign to Abolish Nuclear Weapons* (ICAN, 2023), investigações da *Australian Broadcasting Corporation* (ABC) e arquivos do Museu Nacional da Austrália relativos ao desenho, condução e posterior “limpeza” dos testes, além da análise da Carta dos Povos por um Pacífico Livre de Armas Nucleares e Independente (1983).

Apesar da centralidade das fontes oficiais no *corpus* documental, é importante reconhecer que sua versão dos acontecimentos é frequentemente contestada por ativistas, organizações não-governamentais e pesquisadores independentes. Essas críticas apontam que tais documentos tendem a adotar um tom moderado, atenuando a gravidade dos impactos sanitários, ambientais e sociais registrados. Soma-se a isso a ausência de transparência em torno de arquivos considerados sensíveis, muitos dos quais permanecem classificados e inacessíveis ao público. Por essa razão, embora esta pesquisa busque reconstruir o alcance dos danos com base nas evidências disponíveis, é impossível mensurar plenamente a extensão das sequelas deixadas pelo colonialismo nuclear nesses territórios.

A leitura desse material seguiu um procedimento comparativo estruturado, em cada caso, foram analisados: (1) os agentes responsáveis pelas decisões e suas justificativas oficiais; (2) as representações e enquadramentos atribuídos às populações locais; (3) os impactos reconhecidos institucionalmente e aqueles sistematicamente silenciados; e (4) as medidas de reparação, compensação ou remediação ambiental adotadas (ou negadas). O objetivo foi identificar padrões recorrentes de exclusão e violência estrutural, revelando como ambos os episódios reproduzem uma mesma lógica imperial de gestão da morte aplicada sobre territórios periféricos.

4.1 Ilhas Marshall: sequelas de um território envenenado

Conforme argumentado anteriormente, a escolha dos espaços para experimentos ocorreu de forma arbitrária e provocou modificações sistemáticas até hoje não totalmente mensuráveis. O estudo de caso das Ilhas Marshall procura elucidar essa argumentação, evidenciando como a mentalidade metropolitana transformou áreas subalternizadas em espetáculo, articulou a fé à serviço do cientificismo e reduziu terras sacralizadas ao ideal de “remoto”. Em decorrência disso, foi evidenciado que a violência é de cunho transgeracional e as consequências não se encontram no pretérito, exigindo *advocacy* e mobilização internacional pelas vítimas.

4.1.1 Soberania tutelada, neocolonialismo e preparação dos testes (1947–1956)

A República das Ilhas Marshall, arquipélago localizado no Norte do Pacífico, ao nordeste da Austrália, é hoje uma das nações mais vulneráveis do planeta, não apenas pela sua geografia insular e pela crise climática, mas por ter sido palco de uma das experiências mais brutais do colonialismo nuclear. Sua trajetória histórica foi marcada por sucessivas invasões e regimes de tutela que a transformaram, ao longo do século XX, em um espaço de experimentação política, científica e militar. De acordo com registros oficiais das Nações Unidas (1981), o arquipélago foi administrado pela Alemanha (1886–1914), pelo Japão (a partir de 1914) e pelos Estados Unidos (a partir de 1947), tornando-se independente apenas em 1979.

Após a independência formal em 1979, a República das Ilhas Marshall permaneceu inserida em uma relação assimétrica de dependência estratégica com os Estados Unidos, especialmente a partir do *Compact of Free Association*, firmado em 1986. O acordo confere aos EUA competências exclusivas em matéria de defesa e segurança, incluindo o direito de vetar a presença de forças militares estrangeiras no arquipélago, o que evidencia a permanência de um regime de tutela militar e econômica no contexto da Guerra Fria. Como estabelece a *Public Law* norte-americana, “os Estados Unidos têm plena autoridade e responsabilidade pela segurança e defesa da República das Ilhas Marshall” (United States, 1986, p. 99). Tal dispositivo jurídico revela que a independência política das Ilhas Marshall não implicou autonomia plena, mas sim uma soberania condicionada, cujo exercício permaneceu subordinado aos interesses geoestratégicos da potência associada.

Sob essa perspectiva, torna-se pertinente compreender essa soberania tutelada à luz do construtivismo das Relações Internacionais. Como argumenta Wendt (1995), a realidade

internacional é construída discursivamente, e os significados de conceitos como “autonomia”, “segurança” ou “proteção” não são dados objetivos, mas produtos de narrativas hegemônicas. Assim, quando a estrutura internacional reconhece como legítimo que um microestado permaneça sob tutela de uma potência nuclear, essa legitimidade é sustentada por um discurso que naturaliza a desigual distribuição de autoridade. Neste enquadramento, a soberania *marshallina* aparece como incompleta e vulnerável, enquanto os EUA se autorizam a exercer o monopólio das decisões sobre vida, território e segurança desses povos.

É nesse contexto de dependência estrutural que a população das Ilhas Marshall foi submetida aos experimentos atômicos. Os documentos técnicos da Marinha dos Estados Unidos, reunidos no relatório oficial *Operation Crossroads: The Official Report of the Joint Task Force One* (1947), revelam os critérios utilizados para a seleção do local dos testes: “localização remota”, “população reduzida” e “ausência de importância econômica imediata” (United States Navy, 1947, p. 12). Essas justificativas, formuladas em linguagem tecnocrática, operam como mecanismos de invisibilização, ao redefinirem um território habitado como um espaço disponível para experimentação. Essa lógica ilustra o que Mbembe (2003; 2019) denomina necropolítica, o exercício soberano de decidir quais vidas podem ser expostas ao risco e quais territórios podem ser convertidos em zonas de sacrifício.

O caso das Ilhas Marshall demonstra, assim, que o poder nuclear estadunidense não se consolidou apenas por meio de superioridade tecnológica, mas também pela administração seletiva da vida e da morte em contextos coloniais. Ao transformar um atol habitado em laboratório militar, o Estado norte-americano instituiu um regime de exceção permanente, no qual direitos básicos foram suspensos e a integridade física e territorial dos *marshallinos* foi submetida ao cálculo estratégico. Essa política evidencia como a colonialidade moderna se atualiza no campo nuclear, não apenas pelo domínio territorial, mas pela capacidade de definir quais corpos são considerados protegíveis e quais podem ser descartados em nome da ciência, da segurança nacional ou do progresso tecnológico.

Além dos relatórios produzidos pela Marinha, um conjunto mais amplo de documentos oficiais e técnico-institucionais reforça o caráter sistemático e planejado da política nuclear estadunidense no Pacífico. O levantamento conjunto elaborado pelo *Institute for Energy and Environmental Research* e pela *International Physicians for the Prevention of Nuclear War* (IPPNW; IEER, 1991) demonstra que, entre 1946 e 1958, os Estados Unidos realizaram sessenta e sete testes atômicos nas Ilhas Marshall, cuja potência acumulada ultrapassou 108 megatons, o equivalente a mais de sete mil bombas de Hiroshima. Esses números permitem compreender que os experimentos não constituíram episódios isolados, mas integraram um

projeto estratégico de longo prazo no qual territórios colonizados foram sistematicamente convertidos em infraestruturas externas de experimentação tecnológica.

A escala desse empreendimento evidencia um padrão de colonialidade nuclear, no qual espaços periféricos são instrumentalizados para sustentar a hegemonia científica, militar e geopolítica das potências centrais. Tal prática se insere no que autores pós-coloniais identificam como a continuidade estrutural do colonialismo sob novas formas de dominação, em que a vulnerabilidade geográfica e a racialização das populações locais funcionam como critérios tácitos para definir quais territórios podem ser sacrificados em nome da ciência e da segurança nacional. Logo, a intensidade e repetição dos testes operam como indicadores materiais da necropolítica, a vida das populações *marshallinas* foi incorporada ao cálculo técnico da viabilidade dos experimentos, revelando uma racionalidade estatal que aceita, e produz, morte, adoecimento e destruição ambiental como custos inerentes ao avanço estratégico.

A própria documentação estatal norte-americana corrobora essa lógica, um relatório posterior do *Department of Energy* (1994) admite que “os ventos predominantes sobre Bikini e Enewetak frequentemente deslocavam a precipitação radioativa para áreas habitadas, fato reconhecido, mas considerado aceitável para os fins estratégicos dos testes” (United States Department of Energy, 1994, p. 18). Essa formulação expõe a operação necropolítica em sua dimensão mais explícita, não se trata de dano colateral imprevisto, mas de risco antecipado, calculado e politicamente autorizado. A aceitação institucional da possibilidade, e da probabilidade, de contaminação humana demonstra que a proteção das vidas *marshallinas* não figurou como variável relevante na equação militar, ao contrário, elas foram tratadas como vidas sacrificáveis dentro de um regime de soberania tecnológica.

Do ponto de vista teórico, esse reconhecimento oficial inscreve as Ilhas Marshall no campo de exceção permanente descrito por Mbembe (2003; 2019), no qual determinadas populações são relegadas a uma condição de exposição estrutural à morte. Ao admitir que a queda radioativa sobre áreas habitadas era previsível, ainda que “aceitável”, o Estado norte-americano reafirma a distinção colonial entre vidas dignas de proteção e vidas passíveis de experimentação. A vida *marshallina*, assim, é reduzida à condição de variável administrável, um corpo técnico-político cuja integridade pode ser violada em benefício do projeto estratégico de expansão nuclear. Trata-se, portanto, de uma manifestação exemplar de colonialismo nuclear, um regime em que o domínio militar e tecnológico opera por meio da produção consciente de geografias de sacrifício, convertendo territórios colonizados em plataformas de risco, morte e contaminação.

Os registros internos da *Operation Crossroads* revelam que, muito antes das detonações, já havia plena consciência técnica sobre os riscos à população local e sobre a inadequação geográfica das Ilhas Marshall como local de testes. Em memorando de 12 de fevereiro de 1946, o Coronel Stafford L. Warren, Chefe de Segurança Radiológica da missão, advertiu que “qualquer teste futuro de magnitude semelhante ao teste Trinity (21 quilotons) deve ser realizado em uma área com um raio de pelo menos 150 milhas sem população humana permanente” (United States Navy, 1946, p. 8). Mesmo diante dessa recomendação explícita, o Atol de Rongelap, habitado, ficava a apenas 180 quilômetros de Bikini, e Ailinginae, ainda mais próximo. O relatório do IPPNW e IEER (1991, p. 9) confirma que a violação dessas diretrizes não decorreu de erro operacional, mas de uma decisão política deliberada. A escolha do local, portanto, ilumina a lógica necropolítica descrita por Mbembe: o Estado decide, de forma consciente, quais vidas podem ser expostas, sacrificadas ou degradadas em nome do avanço tecnológico e da segurança nacional.

4.1.2 Cristianismo colonial, consentimento performado e exílio forçado

Essa decisão não foi apenas material, foi discursivamente organizada, a imposição dos testes foi mediada por uma narrativa religiosa cuidadosamente encenada, que transformou um ato de expropriação violenta em suposto gesto de sacrifício voluntário. De acordo com registros do Comodoro Ben H. Wyatt, administrador norte-americano das Ilhas Marshall, o anúncio do deslocamento dos habitantes de Bikini ocorreu após um culto dominical, em uma cena dramatúrgica que conjugava fé e obediência. Wyatt teria afirmado ao Rei Judah: “Seus lares devem ser deixados temporariamente para que os Estados Unidos testem esta arma para o bem da humanidade e para acabar com todas as guerras mundiais” (Niedenthal, 2001; Jacobs, 2013). O líder local, inserido nessa moldura discursiva, respondeu: “[...] meu povo terá prazer em ir para outro lugar.” Esse intercâmbio, longe de ser espontâneo, compõe o núcleo do discurso colonial moderno, a conversão simbólica da violência em redenção, da desapropriação em benevolência e da coerção em suposto altruísmo.

Como mostram Wendt (1992) e Adler (1997), o poder internacional não se sustenta apenas em capacidades materiais, mas em significados compartilhados que legitimam ações e hierarquias. A retórica cristã do sacrifício mobilizada pelos Estados Unidos opera exatamente nesse registro construtivista, reinscreve a remoção forçada como gesto moralmente elevado, atribuindo aos *marshallinos* o papel de protagonistas de uma missão civilizatória global. A

linguagem religiosa funciona, assim, como tecnologia de poder, capaz de converter dominação militar em narrativa de proteção universal.

Fontes fotográficas e cinematográficas da própria operação confirmam o caráter performativo desse consentimento, a cena do “acordo” foi repetida e filmada diversas vezes, destinada ao público doméstico norte-americano (Jacobs, 2013). O teatro da submissão, portanto, não buscava convencer os *marshallinos*, mas legitimar o colonialismo nuclear perante a sociedade estadunidense. Deloughrey (2019) descreve esse arranjo como uma “teologia atômica da obediência”, uma máquina narrativa que associa salvação, fé cristã e avanço científico, produzindo a ilusão de que o sofrimento imposto era voluntário, necessário e moralmente justificado. Assim, o consentimento não foi um ato de escolha, mas uma performance produzida sob coerção, roteirizada pelo aparato militar e inscrita em registros audiovisuais para consolidar o mito de uma cooperação pacífica. O discurso religioso operou como instrumento de neutralização simbólica da violência, permitindo que o colonialismo nuclear se apresentasse ao mundo não como dominação, mas como missão humanitária.

A remoção dos habitantes do Atol de Bikini, conduzida em março de 1946 sob supervisão direta da U.S. Navy, foi publicamente apresentada como deslocamento “temporário” e voluntário. No entanto, documentos posteriores do Departamento de Energia dos Estados Unidos revelam que essa transferência foi, desde o início, planejada como definitiva. Segundo o *Marshall Islands Program Summary Report* (United States Department of Energy, 1994, p. 6), os 167 habitantes originais de Bikini foram realocados para o Atol de Rongerik com quantidade mínima de alimentos e abrigo, situação que rapidamente se degradou em fome, desnutrição e severa precariedade. Ao negar, de forma permanente, o retorno dos *bikinianos* ao território ancestral, o governo norte-americano converteu a terra, espaço vital, espiritual e histórico, em infraestrutura técnica da corrida atômica. O território, antes fundamento da vida coletiva, tornou-se instrumento militarizado, esvaziado de seu significado comunitário e reconfigurado como laboratório geopolítico.

Esse desprezo institucional pela existência e pela cosmologia *marshallina* também se manifestou no discurso midiático estadunidense. Um artigo da *New York Times Magazine* de 1946, citado por Jacobs (2013), sintetiza a ideologia colonial que atravessou a operação. Nele, o jornalista Hanson W. Baldwin ironiza o desejo de retorno dos deslocados afirmando que Bikini e Rongerik “são tão parecidos quanto duas batatas de Idaho”. Essa metáfora grotesca reduz territórios dotados de história, ancestralidade e relações espirituais profundas a equivalências banais. Trata-se de um gesto típico do racismo epistêmico das potências coloniais, negar que esses povos possuam vínculos ontológicos com a terra, substituindo sua

memória e seu sofrimento por uma analogia culinária destinada a deslegitimar sua reivindicação territorial. O colonialismo nuclear opera, assim, não apenas no plano material, mas também no simbólico, destruindo as condições de inteligibilidade da experiência *marshallina*.

4.1.3 Castle Bravo, ocupação atmosférica e corpos como experimentos

Entre 1946 e 1968, os testes nucleares se intensificaram, totalizando sessenta e sete detonações, entre eles, a explosão termonuclear *Castle Bravo* (1º de março de 1954), 15 megatons, mais de mil vezes Hiroshima, tornou-se símbolo da devastação atômica. O relatório *Operation Castle – Project Summary* registra que o rendimento ultrapassou em 250% a previsão teórica, produzindo precipitação radioativa muito além das zonas consideradas seguras (United States AEC, 1954). Como sintetizou o relator especial da ONU Baskut Tuncak (2020), a quantidade total de radiação liberada equivaleu a 1,6 bombas de Hiroshima por dia durante doze anos. Essa escala desloca o colonialismo nuclear do campo meramente territorial para o que pode ser chamado de ocupação atmosférica, o ar, a chuva e os corpos tornaram-se suportes da soberania imperial, transformando a atmosfera em extensão do campo de teste.

A dimensão racializada e experimental desse regime fica explícita nas declarações de Merril Eisenbud, diretor do Laboratório de Saúde e Segurança da Agência de Energia Atômica dos EUA. Em conferência de 1954, ele afirmou que as Ilhas Marshall eram o lugar mais contaminado da Terra e, por isso, um cenário “interessante” para medir a absorção humana de radiação. Em seguida, comparou os *marshallinos* a camundongos, afirmando que, embora não fossem “civilizados como os ocidentais”, eram úteis para a pesquisa (United States AEC, 1954). Essa naturalização da desumanização revela o imaginário biopolítico que sustenta o colonialismo nuclear, a transformação de corpos indígenas em dispositivos experimentais. Como indica Mbembe (2003), trata-se da produção de “mortos-vivos”, populações que permanecem vivas apenas para serem monitoradas, medidas e degradadas em nome de uma suposta civilização tecnológica.

Aqui se evidencia que a lógica nuclear não apenas mata, mas administra a morte, formula critérios de exposição, risco e aceitabilidade, converte povos inteiros em amostras laboratoriais, e transforma o sofrimento humano em dado técnico. A violência institucional não é colateral, mas nuclear ao próprio projeto imperial, é o cálculo político que define que certos corpos podem ser sacrificados no altar da modernidade atômica. Os registros oficiais da *U.S. Atomic Energy Commission* (AEC) e do *Brookhaven National Laboratory* (BNL) demonstram que o Atol de Utrik foi diretamente atingido pela precipitação radioativa da explosão *Castle*

Bravo, em 1º de março de 1954. O relatório *Project 4.1 – Study of Response of Human Beings Exposed to Significant Beta and Gamma Radiation due to Fallout from High-Yield Weapons* (United States AEC; BNL, 1956, p. 3) reconhece explicitamente que a população de Utrik foi “inadvertidamente exposta” a altos níveis de radiação atmosférica e que, menos de 48 horas após o evento, foram iniciadas coletas sistemáticas de sangue, urina e cabelo de homens, mulheres e crianças.

De acordo com o *Atomic Casualty Board Meeting* (ACBM, 1956, p. 29, *apud* Makhijani, 2025), tais coletas tinham como finalidade “obter medidas precisas de absorção humana quando indivíduos vivem em ambiente contaminado”. A linguagem clínica, “amostras”, “absorção”, “medidas precisas”, revela não apenas o distanciamento moral da instituição, mas o caráter experimental da intervenção, os *marshallinos* foram tratados como extensões orgânicas do ambiente radioativo, e suas vidas, convertidas em métricas da ciência militar. A estrutura do documento evidencia que não se tratou de assistência médica, mas de um ensaio biomédico imposto a populações racializadas, sob o disfarce do humanitarismo técnico. O colonialismo nuclear opera, neste caso, como necrobiopolítica, o Estado não apenas controla a morte, mas utiliza a vida degradada como instrumento de produção de conhecimento. Como argumenta Mbembe (2003), trata-se da gestão de corpos cuja vulnerabilidade é politicamente fabricada para permitir experimentação ilimitada.

4.1.4 Necropolítica reprodutiva, câncer e geopolítica da contaminação

As consequências sanitárias e ambientais desse regime de exposição planejada permanecem devastadoras. Schalk (2021) descreve que cânceres, leucemias, tumores de tireoide e malformações congênitas seguem disseminados entre as comunidades. Nas narrativas locais, alguns bebês são chamados de “*jellyfish babies*” (“bebês águas-vivas”) devido à pele translúcida e à ausência de estrutura óssea. Essa categoria vernacular condensa o trauma corporal e simbólico, é a maternidade transformada em experiência de terror, na qual a violência atômica se inscreve no corpo reprodutivo. O terror nuclear, portanto, não é apenas geopolítico, mas íntimo, não se limita ao ambiente externo, mas se cristaliza no tecido biológico das gerações subsequentes. Uma mulher de Rongelap descreve, em seu testemunho, o nascimento de duas crianças afetadas:

Meu bebê nasceu com febre muito alta e morreu ao amanhecer. O segundo nasceu vivo, mas sem toda a parte de trás do crânio [...]. Há um menino cuja cabeça é tão grande que só consegue se mover rastejando para trás, arrastando a cabeça como um caranguejo (Barker *apud* Makhijani, 2025, p. 30).

A narrativa dessa mãe evidencia a materialização da necropolítica no nível mais íntimo da existência, o corpo feminino convertido em laboratório biopolítico de um poder que decide quem pode nascer, viver ou morrer. A maternidade, normalmente associada à continuidade da vida, torna-se aqui extensão da morte, o corpo reprodutivo passa a inscrever biologicamente a violência colonial. Trata-se da radicalização do que Mbembe (2003; 2019) denomina administração soberana da morte, a capacidade de transformar a própria biologia em campo de experimentação. No entanto, esses testemunhos não são apenas registros de sofrimento, configuram práticas discursivas de resistência. Ao nomear o indizível, bebês deformados, mortes silenciosas, corpos despedaçados, as mulheres *marshallinas* produzem um contradiscurso moral e epistêmico que desloca o monopólio narrativo das potências nucleares. O trauma, simultaneamente biológico e político, torna-se fundamento de uma nova consciência coletiva pós-colonial, na qual a memória é ferramenta de sobrevivência e denúncia.

Apesar do volume de relatos sobre gestações com desfechos semelhantes, não houve investigação científica sistemática para elucidar as causas e a magnitude das vivências reprodutivas adversas. Ainda assim, levantamentos e entrevistas realizados com mulheres *marshallinas* residentes nos Estados Unidos registram casos de natimortos, malformações graves e até o nascimento de uma criança com duas cabeças. Esses episódios, quando não silenciados, foram minimizados pelo governo norte-americano, e os sobreviventes, assim como suas famílias, permaneceram sem assistência médica e sem reconhecimento formal. Essa negligência estrutural constitui, por si só, uma forma de necropoder, o Estado não apenas produz a morte, mas abandona deliberadamente aqueles que sobreviveram à violência atômica. Ademais, documentos analisados por Makhijani (2025) indicam que cientistas estadunidenses tinham consciência, desde a década de 1950, do potencial de graves defeitos congênitos decorrentes da exposição à precipitação radioativa, o que reforça o caráter calculado da omissão.

Além das vidas interrompidas antes mesmo do nascimento, o impacto na saúde pública permanece profundo. Segundo o Instituto Nacional de Câncer dos Estados Unidos (2004), estima-se que os *marshallinos* possam ter sofrido entre 170 e 500 casos excedentes de câncer relacionados à exposição nuclear. O Atol de Rongelap e outros atóis altamente expostos registraram um caso fatal de leucemia mieloide aguda e um número expressivo de tumores de tireoide, tanto benignos quanto malignos. Apesar disso, apenas uma pequena fração da população recebe assistência médica ou é oficialmente reconhecida como vítima da radiação, resultado direto da decisão política dos Estados Unidos de limitar o monitoramento oncológico a apenas três atóis: Rongelap, Ailinginae e Utrik.

Como sintetiza Schalk (2021), “as vítimas dos outros 66 testes não se qualificarão para o Medicaid, e o ônus recai sobre elas para provar a culpabilidade do estado dos EUA”. A responsabilização é, assim, invertida, aqueles que foram expostos sem escolha passam a carregar o peso moral, jurídico e financeiro de comprovar a própria condição como vítimas. Essa inversão é característica do colonialismo nuclear contemporâneo, no qual a violência estrutural se combina com práticas burocráticas de apagamento, deslocando a dor coletiva para a esfera privada e despolitizando as consequências geopolíticas da radiação.

A ausência de infraestrutura médica nas Ilhas Marshall constitui um dos indicadores mais evidentes da negligência estrutural que caracteriza o colonialismo nuclear contemporâneo. Segundo o *Republic of the Marshall Islands Health Care Report* (United States Department Of Energy, 2015, p. 12): “não existe centro oncológico em operação permanente na República das Ilhas Marshall; pacientes com suspeita de câncer são encaminhados a hospitais em Honolulu ou Guam, em viagens custeadas parcialmente pelo governo local, quando há disponibilidade orçamentária.” Essa dependência transnacional não implica apenas deslocamentos geográficos, mas verdadeiros deslocamentos ontológicos, o cuidado à saúde torna-se privilégio condicionado à mobilidade, ao dinheiro e à capacidade de cumprir requisitos burocráticos, elementos inacessíveis para grande parte da população. Esse “exílio médico” reproduz, em escala sanitária, o mecanismo colonial de afastamento territorial imposto em 1946, evidenciando a continuidade da lógica necropolítica, a vida dos *marshallinos* é administrada como variável residual, passível de abandono quando se torna onerosa para a potência responsável pelos danos. O trauma da dispersão territorial é reeditado no corpo doente, que precisa atravessar fronteiras, oceanos e sistemas jurídicos para reivindicar um cuidado mínimo.

As implicações radiológicas desse processo são vastamente documentadas, de acordo com o *National Cancer Institute Thyroid Dose Reconstruction Report* (NCI, 1997, p. 23, apud Makhijani, 2025, p. 26), mesmo atóis classificados como *low exposure* apresentaram doses médias de radiação na tireoide de 270 miligray (mGy), o dobro das doses máximas registradas nos condados dos EUA afetados pelos testes em Nevada e cerca de 60% superiores às recebidas pelos evacuados de Chernobyl (170 mGy). O relatório da International Atomic Energy Agency (IAEA, 2012, p. 45) reforça que “as doses internas acumuladas em tecidos glandulares de crianças e mulheres jovens nas Ilhas Marshall permaneceram acima dos níveis de referência de intervenção por mais de três décadas após o encerramento dos testes.”

Esses dados revelam que a radiação, longe de ser um resíduo técnico, é um marcador geopolítico. A distribuição desigual da contaminação comprova a racialização da vida e da morte, corpos periféricos se tornam depósitos de riscos calculados pelas potências nucleares.

Trata-se de uma geopolítica tóxica inscrita na carne, um prolongamento material da colonialidade moderna que faz do corpo racializado um arquivo vivo dos efeitos do poder imperial. Os impactos ambientais seguem a mesma lógica de violência estrutural. O *United Nations Scientific Committee on the Effects of Atomic Radiation* (UNSCEAR, 2012, p. 78) estima que “aproximadamente um quarto da precipitação radioativa global de fissão e ativação seja atribuível aos testes conduzidos pelos Estados Unidos nas Ilhas Marshall.” O *Marshall Islands Radiological Survey* (United States, 2015, p. 31) identifica contaminação persistente por Césio-137 e Estrôncio-90, com meias-vidas de, respectivamente, 30 e 28 anos, em níveis capazes de comprometer o consumo seguro de alimentos locais.

O problema, porém, é mais profundo, trata-se de uma temporalidade tóxica que ultrapassa qualquer horizonte humano. O Plutônio-239, com meia-vida de 24.110 anos, permanece ativo nos solos e sedimentos marinhos, inscrito no ambiente como legado indefinido do poder atômico. Amostras coletadas em 2019 pelo Los Alamos National Laboratory registraram níveis anormais de plutônio em caranguejos-coco e peixes recifais, evidenciando processos de bioacumulação em cadeias alimentares inteiras. Assim, o dano nuclear não se limita ao passado; ele molda o futuro. A colonialidade atômica opera tanto no corpo quanto no ecossistema, produzindo uma ecologia da morte que atravessa gerações. O ambiente *marshallino* torna-se, simultaneamente, testemunha, vítima e arquivo do poder imperial, uma materialidade contaminada que resiste, denuncia e impede o apagamento histórico das violências sofridas.

4.1.5 O Runit Dome e as resistências do Sul Global

A tentativa de contenção dos resíduos radioativos resultou, em 1979, na construção do Runit Dome, uma cratera de testes em Enewetak parcialmente coberta por uma camada de concreto. Segundo o Greenpeace International, (2025), “uma cúpula de concreto com 114 metros de diâmetro, repleta de resíduos radioativos, foi deixada para os marshallese. As mudanças climáticas e a elevação do nível do mar causaram o aparecimento de rachaduras.” O relator especial da ONU, Baskut Tuncak (2020), descreveu o local como uma tumba tóxica prestes a romper, sintetizando o fracasso global em administrar o legado físico e moral do colonialismo nuclear. Trata-se de um monumento involuntário da colonialidade, um artefato que inscreve no espaço a incapacidade das potências de lidar com os resíduos materiais do poder atômico.

Apesar de séculos de silenciamento imposto pelas potências coloniais, as comunidades das Ilhas Marshall mobilizam, desde a primeira década do século XXI, uma agenda própria de justiça nuclear. Desde 2015, a National Nuclear Commission (NNC) organiza políticas de reparação, memória e advocacia, registradas no relatório *Vision 2027: Addressing the Nuclear Legacy through Justice and Accountability* (NNC, 2020, p. 5). O documento define “justiça nuclear” como “a restauração da dignidade humana, o reconhecimento do dano e o compromisso com um futuro livre de contaminação e desigualdade.” Nesse cenário, lideranças como Ariana Tibon Kilma, atual presidente da NNC, emergem como protagonistas da resistência contemporânea.

De acordo com o *Greenpeace International Report* (2025), Kilma defende a inclusão obrigatória da história nuclear nas escolas e a ampliação do acesso à saúde e à reabilitação ambiental. Sua afirmação, “meu único desejo é que nosso povo experimente a justiça [...] o que mais importa para mim é elevar a qualidade e a dignidade da vida das pessoas” (KILMA, 2024, apud GREENPEACE, 2025), articula uma concepção de justiça que ultrapassa a compensação financeira, reivindica o direito de narrar o trauma e de transformar sua memória tóxica em saber político. Essa postura se alinha ao que Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2010) denomina epistemologias do Sul, a produção de conhecimento a partir da dor coletiva e da experiência histórica dos povos subalternizados.

Outra liderança fundamental é Abacca Anjain-Maddison, ex-senadora e ativista pela paz. Em 2014, ela liderou, junto ao governo das Ilhas Marshall, a denúncia de nove potências nucleares na Corte Internacional de Justiça (CIJ), argumentando violações sistemáticas do Tratado de Não-Proliferação (TNP). O processo, *Obligations concerning Negotiations relating to Cessation of the Nuclear Arms Race and to Nuclear Disarmament* (ICJ, 2016), marcou um precedente simbólico no direito internacional, um microestado insular confrontando diretamente os detentores da autoridade nuclear global. Paralelamente, Abacca foi uma das representantes *marshallinas* na campanha ICAN, laureada com o Prêmio Nobel da Paz em 2017.

Essas trajetórias femininas revelam que o colonialismo atômico produziu, simultaneamente, uma genealogia de resistência do Sul Global. O testemunho torna-se arma, a memória, ferramenta de denúncia. Como observa Sylvia Wynter (2003, p. 260), “a humanidade negra e colonizada é compelida a reinventar o humano fora da gramática do império.” Nesse sentido, as ações de Kilma e Abacca deslocam o debate nuclear para além do eixo técnico-militar, inscrevendo-o no terreno da ética, da ecologia e da reparação histórica.

Em síntese, o caso das Ilhas Marshall demonstra que o colonialismo nuclear não pertence ao passado, mas persiste como uma estrutura de injustiça. A visibilidade dessas lideranças indica uma agenda de futuro, a construção de uma Ordem Nuclear Global justa, fundada na responsabilidade histórica das potências e no reconhecimento pleno dos povos afetados. As Ilhas Marshall constituem, assim, um espelho do que deve ser evitado, a repetição de um modelo civilizatório que transforma tecnologia em dominação e ciência em instrumento de exclusão.

Resgatando a lógica construtivista de Wendt (1999), a anarquia internacional é um “recipiente vazio”, cujo significado depende da cultura e das identidades que a estruturam. Termos como “segurança” e “justiça” assumem sentidos divergentes conforme sejam pronunciados por potências nucleares ou por microestados colonizados. As potências se legitimam ao se apresentarem como sujeitos “civilizados”, “racionais” e “científicos”, enquanto relegam povos vulnerabilizados a papéis de passividade ou atraso. Esse sistema discursivo naturaliza a desigualdade e sustenta a arquitetura moral da nuclearidade. O caso das Ilhas Marshall, portanto, revela a operacionalização de um necropoder racializado sob a forma de tutela científica, jurídica e moral. Essa estrutura de dominação, em que a morte é administrada como experimento, reaparecerá sob novas roupagens no contexto britânico-australiano de Maralinga, onde a colonialidade atômica se articula a uma lógica distinta de segurança, raça e desenvolvimento da *Commonwealth*.

4.2 Testes nucleares em Maralinga: colonialismo, poder e resistência

O caso de Maralinga, ainda que partilhe diversas semelhanças com os acontecimentos nas Ilhas Marshall, apresenta particularidades a serem discutidas que funcionam como uma engrenagem para a compreensão de mecanismos exploratórios. Se os *marshallinos* foram vítimas de uma encenação de consentimento, os povos aborígenes em Maralinga vivenciaram a desinformação sistemática. Ademais, ainda que o arquipélago supracitado tenha vivenciado a verticalização securitária, a área deserta a ser trabalhada sofreu com a falsa esperança de uma parceria horizontal com o Reino Unido. Apesar das dicotomias, os dois episódios se correlacionam na experiência da linguagem como arma, no empoderamento de suas lideranças e na operacionalização da vida e morte de suas comunidades, cultivando o terreno para justiça e reconhecimento das potências pelos seus erros.

4.2.1 Configuração histórica e territorial de Maralinga

O caso de Maralinga revela uma segunda face do colonialismo atômico, caracterizada pela convergência entre racionalidade tecnocientífica, disputa geopolítica da Guerra Fria e hierarquias raciais herdadas do império britânico. A região, localizada no sul da Austrália, no Grande Deserto de Vitória, corresponde ao território ancestral do povo Maralinga Tjarutja, integrante do grupo Pitjantjatjara. Entre 1955 e 1963, esse espaço foi transformado em um dos mais amplos campos de testes nucleares conduzidos pelo Reino Unido fora da Europa. A conversão de uma terra indígena em laboratório militar evidencia que a colonialidade não se extinguiu com a descolonização formal, mas se reconduziu por meio de novas linguagens de poder, especialmente a ciência, a política de segurança e a autoridade pericial.

O Relatório da Comissão Real sobre os Testes Nucleares Britânicos na Austrália, publicado em 1985, demonstra que os acordos entre o Reino Unido e o governo australiano foram firmados sem qualquer consulta às comunidades aborígenes. As medidas anunciadas violaram direitos territoriais consuetudinários, ignoraram princípios de saúde pública e negligenciaram a necessidade de salvaguardas ambientais mínimas. O documento evidencia que as áreas escolhidas foram classificadas como “vazias” e “adequadas” por sua suposta baixa densidade populacional. Tal linguagem tecnocrática também é observada no caso das Ilhas Marshall, evidenciando que essa representação, vista também de que o deserto seria uma “terra sem gente” atualizou a lógica histórica da expropriação, sustentada por ficções coloniais que negaram humanidade às populações aborígenes australianas.

4.2.2 Aliança anglo-australiana e a lógica colonial da ciência

A decisão política de autorizar os testes foi tomada durante o governo de Robert Menzies, que esteve duas vezes à frente do cargo de primeiro-ministro. As análises de Tynan (2011) mostram que Menzies enxergava nos experimentos uma oportunidade estratégica, reforçar a aliança com o Reino Unido, assegurar apoio militar e inserir a Austrália no campo das potências ocidentais após a devastação de Hiroshima. A participação no projeto nuclear consolidou o país como aliado privilegiado das potências brancas de matriz atlântica, categoria analisada por Ann Laura Stoler (2016) para descrever a continuidade das hierarquias civilizatórias e raciais dentro da ordem global. A Austrália, embora formalmente independente, assumiu o papel de laboratório científico do império, internalizando a lógica colonial que subordinava a vida indígena aos objetivos militares e tecnológicos do Ocidente.

O engajamento australiano não decorreu apenas da subordinação histórica ao Reino Unido, mas também de um desejo ativo de prestígio científico e reconhecimento geopolítico.

Ao passo que as Ilhas Marshall eram presas das estratégias estadunidenses, o Estado australiano buscava reposicionar-se como participante relevante da corrida tecnológica do pós-guerra, e não como simples espectador. Essa aspiração traduziu-se em compromissos concretos, apesar de o Reino Unido ter assumido o financiamento integral dos testes, o governo australiano ofereceu-se para arcar com parte dos custos, o que incluía despesas com pessoal, materiais e infraestrutura. O registro de 1954 nos Arquivos Nacionais Australianos demonstra que o então ministro do Abastecimento, Howard Beale, propôs um princípio de rateio das despesas, afirmando em discurso ao Parlamento que a colaboração representava um “evento histórico” e uma contribuição decisiva para a defesa do “mundo livre”.

Essa combinação entre busca por prestígio e adesão às hierarquias racializadas do poder global produziu uma configuração em que a Austrália, embora soberana no plano formal, assumiu voluntariamente o papel de colônia científica. Maralinga tornou-se um território sacrificial, onde corpos e terras indígenas foram tratados como elementos descartáveis de um projeto de supremacia tecnológica. Isso permite compreender como a colonialidade do poder reemerge, no contexto nuclear, como uma articulação entre saber científico, securitização e racialização, sustentada pela ideia de que determinadas vidas podem ser expostas ao risco máximo em nome da defesa e do progresso.

O entusiasmo do governo australiano, no entanto, revelava mais subordinação do que parceria efetiva. A promessa de acesso ao conhecimento nuclear britânico nunca se concretizou, e a Austrália permaneceu excluída das tecnologias estratégicas desenvolvidas pela metrópole. A retórica de “cooperação científica” operou como cortina de fumaça para uma relação profundamente assimétrica, na qual o Reino Unido preservava o monopólio do segredo técnico enquanto a antiga colônia arcava com os custos ambientais, sociais e morais dos experimentos. Essa dinâmica reproduz o padrão que Aníbal Quijano (2000) denomina colonialidade do poder, no qual hierarquias científicas e tecnológicas são organizadas segundo um eixo centro-periferia que legitima a subalternização de povos e territórios transformados em zonas de risco.

4.2.3 Ocultamento informacional e dispositivo necropolítico

A negligência em relação às comunidades aborígenes e a ausência de qualquer benefício material ou tecnológico para a Austrália tornaram explícitos os limites dessa chamada “aliança atlântica”. O Reino Unido se consolidava como terceira potência nuclear após a Operação Hurricane de 1952 nas Ilhas Monte Bello, enquanto a Austrália assistia à conversão de sua própria terra em laboratório e à expulsão de seus povos originários sob o argumento da

segurança nacional. O deserto classificado como vazio tornou-se um campo de destruição. Quando as últimas equipes britânicas deixaram Maralinga, no início dos anos 1960, não restava ao governo australiano nem soberania técnica nem reparação moral, apenas o legado tóxico de uma política que, sob o nome da ciência, reiterou mecanismos centrais da dominação colonial.

Como demonstra Elizabeth Tynan (2011), as operações conduzidas pelo Reino Unido e pela Austrália entre 1952 e 1963 totalizaram doze grandes testes atômicos distribuídos entre Maralinga, Emu Field e Monte Bello. A justificativa oficial para a escolha desses locais recorria à suposta estabilidade climática e à “baixa densidade populacional”, formulação que invisibilizava as comunidades aborígenes e os modos de vida vinculados à caça, à coleta e às rotas ancestrais. O relatório elaborado pela organização Médicos Internacionais pela Prevenção da Guerra Nuclear (2023), em colaboração com a Campanha Internacional pela Abolição das Armas Nucleares (2023), indica que, além desses doze testes principais, aproximadamente seiscentos experimentos menores ocorreram entre 1955 e 1963, abrangendo explosões controladas, dispersão de materiais radioativos e experimentos de segurança envolvendo plutônio, urânio, berílio e polônio-210.

Esses experimentos complementares, conhecidos como Operações Vixen A e Vixen B, tinham como objetivo avaliar o comportamento de componentes nucleares em situações de impacto, incêndio e compressão. O relatório da ICAN/IPPNW documenta que as operações Vixen dispersaram aproximadamente vinte e dois quilos de plutônio por centenas de quilômetros, constituindo um dos episódios mais graves de contaminação ambiental da história nuclear. As partículas radioativas alcançaram solos, cursos subterrâneos de água e áreas tradicionalmente utilizadas para caça e deslocamento pelos povos indígenas. O fato de o plutônio empregado possuir meia-vida superior a vinte e quatro mil anos impõe uma temporalidade de morte prolongada, inscrita no território e no corpo coletivo, que atravessa gerações e transforma Maralinga em um espaço de permanência tóxica.

Tynan (2011) observa que, até o final da década de 1970, os testes realizados em Maralinga permaneciam amplamente desconhecidos da opinião pública australiana. A escala real dos experimentos só veio a público em 1993, quando uma investigação jornalística baseada em documentos desclassificados revelou o alcance da contaminação e das práticas de segurança negligentes. O silêncio que envolveu Maralinga não foi acidental, constitui parte integrante da racionalidade colonial da modernidade científica. O controle seletivo da informação funciona como mecanismo de poder, definindo quem pode saber e quem pode morrer. Assim como nas Ilhas Marshall, o segredo técnico e a censura estatal operaram como dispositivos necropolíticos,

garantindo que a violência atômica permanecesse invisível enquanto fortalecia o prestígio militar e científico do império.

Essa dinâmica se explicita nas conclusões da Comissão Real sobre os Testes Nucleares Britânicos na Austrália, instaurada nos anos 1980 para investigar os impactos das operações conduzidas entre 1950 e 1960. O relatório mostra a distância entre a promessa governamental de que “nenhuma vida australiana seria afetada” e a realidade de uma catástrofe sanitária que atingiu tanto civis quanto militares. O documento registra que não houve monitoramento adequado da exposição dos profissionais das Forças Armadas, muitos deles deliberadamente posicionados próximos ao epicentro das explosões, sem equipamentos de proteção e sem informação sobre a precipitação radioativa conhecida como “Névoa Negra”. Embora a Comissão tenha evitado estabelecer vínculo causal direto entre radiação e mortalidade, dados oficiais revelam que aproximadamente 35% dos militares britânicos e australianos envolvidos nas operações faleceram de câncer nas décadas seguintes, padrão epidemiológico que evidencia uma forma institucionalizada de violência letal (Austrália, 1985).

4.2.4 Impactos sobre comunidades aborígenes e a colonialidade do poder

A devastação, contudo, não se limitou aos trabalhadores mobilizados pelo Estado, os povos Pitjantjatjara e Yankunytjatjara, habitantes originários de Maralinga e do Campo de Emu, sofreram os impactos mais profundos e duradouros. A Comissão reconhece que não houve consulta às comunidades indígenas e que seus direitos consuetudinários foram simplesmente ignorados. Registra ainda que a maior parte dessas populações foi removida à força para reservas improvisadas, enquanto outras famílias permaneceram na região sem qualquer conhecimento dos testes, caminhando, caçando e coletando alimentos em áreas altamente contaminadas. A precipitação radioativa atingiu diretamente essas comunidades, que continuaram expostas durante anos aos efeitos cumulativos da radiação. A confissão oficial revela a forma como o Estado australiano internalizou a racionalidade imperial, enquanto as Ilhas Marshall passavam pela tutela formal, a performance da colônia britânica era compreendida como uma “parceria subordinada”, tratando territórios aborígenes como extensões vazias e disponíveis para a experimentação científica europeia (Australia, 1985).

A apropriação dessas terras milenares como simples áreas de teste revela o caráter estrutural do colonialismo ocidental, que converte a vida dos povos subalternizados em variável descartável de um projeto tecnocientífico orientado por interesses militares. Para as comunidades Pitjantjatjara e Yankunytjatjara, a terra não constitui um recurso instrumental,

mas um vínculo ontológico que articula alimento, ancestralidade, espiritualidade e memória coletiva. A profanação desse território, portanto, não se reduz a um dano ambiental, representa uma ruptura existencial e cosmológica, na medida em que dissolve as bases materiais e simbólicas da vida comunitária. A racionalidade colonial, entretanto, funciona precisamente pela negação dessa humanidade, tornando o extermínio aceitável porque o outro é previamente desumanizado. Essa operação ecoa a noção de “coisificação” formulada por Aimé Césaire (1950), para quem o colonialismo transforma o colonizado em objeto, apagando sua condição de sujeito e reinscrevendo-o na lógica instrumental do império. Em Maralinga, a ciência imperial não apenas mediou partículas e doses, mediou corpos, territórios e modos de existência, reafirmando a hierarquia racial e epistêmica que sustenta o sistema-mundo moderno.

A dimensão necropolítica do colonialismo nuclear também se expressa no controle seletivo da informação, e, sobretudo, no silêncio deliberado que marcou a relação entre o Estado australiano e os povos que habitavam as zonas de contaminação. A ocultação sistemática de dados não constitui um erro administrativo, mas parte do dispositivo de dominação, pois define quem tem o direito de saber e quem pode ser exposto ao risco. O relatório da Campanha Internacional pela Abolição das Armas Nucleares (ICAN, 2023), denominado “As consequências devastadoras dos testes nucleares”, documenta que os povos aborígenes eram justamente aqueles submetidos ao maior risco de exposição. Sinais de advertência foram instalados exclusivamente em inglês, idioma que não correspondia às línguas originárias locais, o que impediu qualquer compreensão do perigo. Como consequência, diversas famílias continuaram vivendo dentro das zonas interditadas, algumas por até seis anos após as explosões. A negligência linguística não é mero detalhe técnico, evidencia a hierarquia racial do poder colonial, que silencia epistemologicamente aqueles cuja existência é tratada como resíduo, um ruído indesejado diante da racionalidade científica imperial. Essa prática reforça que, em Maralinga, a violência nuclear não ocorreu apenas no plano físico, mas também no campo epistemológico, produzindo ignorância estratégica como forma de controle social (ICAN, 2023).

4.2.5 O regime necrocientífico: Project Sunshine e a violência sobre os mortos

A violência nuclear que atravessou Maralinga não se limitou aos vivos, avançou sobre os mortos, revelando a profundidade da lógica necropolítica em contexto colonial. Segundo investigações da *Australian Broadcasting Corporation* (ABC, 2001; 2020), entre 1957 e 1978 a Comissão de Energia Atômica australiana removeu ossos de bebês e crianças falecidas,

enviando-os a laboratórios britânicos e estadunidenses para mensurar níveis de Estrôncio-90. As cerca de 1.500 exumações realizadas sem consentimento não constituem simples desvios éticos, mas configuram uma política sistemática de apropriação tecnocientífica de corpos racializados. À luz de Mbembe (2003; 2019), essa prática revela uma forma extrema de soberania necropolítica, o corpo morto é reinscrito como matéria-prima experimental, prolongando a administração da morte para além da vida biológica. A ciência imperial transforma o cadáver em dado, justificando-se moralmente pela própria violência que produz.

O episódio também explicita o movimento imperial descrito por Lenin (1916), o imperialismo nuclear depende não apenas da apropriação territorial periférica, mas da incorporação dos corpos colonizados, vivos e mortos, à cadeia de produção de conhecimento militar. O corpo infantil extraído em Maralinga torna-se insumo para a expansão de poder das metrópoles, evidenciando como a exportação de riscos e a importação de dados alimentam a reprodução da supremacia científica e geopolítica do centro.

A documentação reunida pela ICAN (2023) mostra que essa hierarquização necropolítica era acompanhada por uma classificação racial explícita no interior do sistema-mundo. Relatórios oficiais distinguiam “populações civilizadas”, que deveriam ser protegidas, de “povos não civilizados”, considerados aptos a suportar doses superiores de radiação, uma diferença institucionalizada nas categorias “Nível A” e “Nível B”. Na gramática de Wallerstein (2004), trata-se da cristalização normativa da posição periférica, certas vidas, indígenas, negras, colonizadas, são consideradas estruturalmente expostas, disponíveis ao risco e à contaminação. A radiação, assim, torna-se operador de uma taxonomia global da vida, na qual a branquitude define o limite de proteção e a periferia é reinscrita como zona de morte. O *Project Sunshine* não é um desvio moral, é uma engrenagem fundamental do colonialismo nuclear, articulando ciência, império e racialização para manter a assimetria que sustenta o sistema-mundo capitalista.

4.2.6 Contaminação ambiental, resíduos tóxicos e temporalidades da morte

A contaminação deixada pelos testes britânicos em Maralinga revela uma dimensão central do colonialismo nuclear, a produção de temporalidades prolongadas da morte. De acordo com o relatório da ICAN (2023), toneladas de concreto, aço e materiais radioativos foram enterradas em valas rasas, abertas em solo arenoso e altamente permeável, em completo desacordo com os protocolos internacionais de contenção. A retórica britânica de “condições ideais de biossegurança” não apenas ocultava o risco, mas produzia uma imagem tecnocrática

de racionalidade que normalizava o descarte tóxico em território indígena. Essa engenharia do abandono expressa, na chave de Mbembe (2003; 2019), a administração desigual da morte, a ideia de que certos corpos e terras podem conviver indefinidamente com resíduos radioativos porque foram previamente classificados como vidas de menor valor político.

Essa prática também se inscreve no movimento imperial analisado por Lenin (1916), o imperialismo nuclear opera exportando sua carga destrutiva para regiões colonizadas ou racializadas, transformando a periferia em depósito permanente das externalidades tóxicas que sustentam a acumulação científica e militar do centro. Ao enterrar resíduos radioativos em Maralinga, e, anteriormente, nas Ilhas Marshall, Reino Unido e Estados Unidos asseguravam que os efeitos de seu poder tecnológico fossem absorvidos por territórios subordinados, consolidando a assimetria que estrutura o sistema internacional.

Na perspectiva do sistema-mundo de Wallerstein (2004), Maralinga exemplifica como o centro preserva seus ambientes e populações ao custo da degradação ambiental da periferia e da semiperiferia. A Austrália, situada nessa posição intermediária, atuou como mediadora imperial, recebeu ordens, aplicou protocolos de contenção precários e administrou, no plano burocrático, a exposição radioativa de povos que já estavam historicamente vulnerabilizados pela colonialidade. A ficção colonial do “deserto vazio”, utilizada para legitimar tanto os testes quanto o descarte dos resíduos, é parte da própria lógica de expropriação, converte a terra indígena em tabula rasa, espaço sem história, portanto disponível para a tecnociência imperial.

Os efeitos ambientais e biológicos reforçam essa temporalidade necropolítica, como registra a ABC (2020), mesmo seis décadas depois, vastas áreas permanecem incapazes de regeneração vegetal. A ausência de vida em um raio perfeito ao redor da explosão materializa a inscrição química da violência colonial no território. Para o povo Maralinga Tjarutja, a nomeação do local como *Mamu Pulka*, “Grande Mal”, expressa não apenas o dano físico, mas uma compreensão cosmológica da ferida colonial, trata-se de uma morte que atravessa gerações, contaminando não apenas o espaço, mas o tempo. A indenização de treze milhões de dólares recebida em 1984 reconhece parcialmente a destruição, mas é incapaz de reparar a perda acumulada de terra, cultura e mundo. Assim, Maralinga torna-se um arquivo vivo da necropolítica imperial: um território transformado em zona de morte prolongada, no qual se entrelaçam ciência, dominação colonial e hierarquias raciais do sistema-mundo capitalista.

4.2.7 Reparação, mobilização política e justiça anticolonial

A resposta estatal ao desastre caracterizou-se pela lentidão e pela fragmentação. Sob crescente pressão internacional e de movimentos sociais, os governos britânico e australiano realizaram duas operações de limpeza, sendo a mais extensa implementada entre 1995 e 2000, ao custo superior a cem milhões de dólares, dos quais setenta e cinco milhões foram financiados pela Austrália (ABC, 2020). Ainda assim, os resultados foram insuficientes. Como observa Tynan (2016), os britânicos não conseguiram ou não quiseram descrever com precisão a extensão da contaminação radioativa, química e física remanescente. A recusa em mapear integralmente o dano materializa o que Achille Mbembe (2009) denomina necropolítica administrativa, uma forma de gestão da morte que se perpetua não apenas pela destruição inicial, mas pelo adiamento sistemático da reparação, produzindo temporalidades prolongadas de abandono.

Contra essa política de silêncio, os povos afetados açãoaram a memória, o direito e a mobilização regional como instrumentos de resistência. A Carta dos Povos por um Pacífico Livre de Armas Nucleares e Independente (1983) tornou-se um marco ao denunciar explicitamente o colonialismo e o racismo que estruturaram os experimentos nucleares conduzidos por potências estrangeiras. O documento afirma: “os povos do Pacífico foram vítimas por muito tempo de potências que invadiram a região indefesa, tomaram suas terras e subjugaram seus habitantes” (1983, p. 1). Essa denúncia se articula diretamente à luta dos Maralinga Tjarutja, que reivindicaram o reconhecimento de seus direitos territoriais e denunciaram as “políticas racistas preferenciais” que sustentaram o projeto nuclear. O Museu Nacional da Austrália (2024) registra que, entre 1996 e 2000, a maior parte da área foi descontaminada, exceto cerca de 120 km², e que o território foi formalmente devolvido à comunidade em 2009. Embora parcial, essa devolução representa a restauração de um vínculo ancestral com a terra e a afirmação de uma narrativa anticolonial de justiça e sobrevivência.

Em síntese, o caso de Maralinga evidencia que o colonialismo nuclear não é um episódio encerrado, mas uma estrutura contínua de injustiça ambiental, racial e epistêmica. As medidas de limpeza e compensação, embora indispensáveis, permanecem aquém da magnitude da destruição. O desafio contemporâneo exige mais do que reparação material, requer visibilidade pública, justiça ambiental e reinserção do conhecimento indígena como forma legítima de reconstrução social e ecológica. Somente ao reconhecer plenamente as vidas e os territórios devastados é possível transformar o “Grande Mal” em memória crítica, memória que previne a repetição e ressignifica o futuro, deslocando o imaginário nuclear global para fora da lógica imperial da destruição.

A análise conjunta das Ilhas Marshall e de Maralinga revela que, embora produzidos em contextos geográficos, jurídicos e políticos distintos, ambos os episódios expressam uma mesma gramática de poder que estrutura o colonialismo nuclear no século XX. Em ambos os casos, territórios racializados foram convertidos em laboratórios tecnocientíficos, legitimados por discursos que associavam ciência, segurança e progresso a uma suposta missão civilizatória. Nas Ilhas Marshall, o colonialismo atômico se manifestou por meio da tutela formal dos Estados Unidos e da encenação religiosa do consentimento; em Maralinga, operou pela ficção do “deserto vazio” e pela aliança atlântica entre Reino Unido e Austrália.

O Quadro 1 sintetiza essas dinâmicas comparativas, organizando-as em eixos analíticos que evidenciam convergências estruturais, como a racialização do risco, a desinformação sistemática e a persistência multigeracional da contaminação, e também especificidades de cada contexto, como a ocupação atmosférica termonuclear nas Marshall e a dispersão massiva de plutônio em Maralinga.

Quadro 1– Lógicas coloniais do nuclear: convergências e especificidades entre Ilhas Marshall e Maralinga

Eixo analítico	Ilhas Marshall	Maralinga	Convergências	Especificidades
Regime jurídico e soberania	Tutela dos EUA mesmo pós-independência via acordo de livre associação	Sítio de testes britânicos em território australiano sob governo Menzies	Relações assimétricas centro-periferia legitimam uso territorial	Marshall com tutela formal; Austrália como “parceira” subordinada
Critério de escolha do local	“Remoto”, “pouca população”, “sem importância econômica imediata”	“Deserto”, “baixa densidade”, “clima estável”	Linguagem tecnicocrática naturaliza população como descartável	Marshall: ilhas habitadas; Maralinga: terras aborígenes tratadas como vazias
Mediação discursiva	Religiosidade/sacrifício e consentimento encenado	Civilização/ciência/segurança (“defesa do mundo livre”)	Produção de sentido que legitima expropriação e risco	Explosões termonucleares (Marshall) vs dispersão de plutônio (Maralinga)
Gestão de risco e comunicação	Recomendações de afastamento ignoradas	Sinais/avisos inadequados e zonas “proibidas” habitadas por anos	Exposição de civis sem informação suficiente	Encenação de consentimento (Marshall) vs desinformação sistemática (Maralinga)
Populações atingidas	Comunidades <i>marshallinas</i> (Bikini, Rongelap,	Povos Pitjantjatjara/Yanku nyjtjatjara	Racialização do risco e colonialidade do	Insularidade pacífica vs interior desértico

	Utrik)	(Maralinga/Emu)	poder	australiano
Efeitos sanitários	Cânceres, tumores de tireoide, malformações congênitas	Militares e civis com sobre-mortalidade por câncer	Doenças crônicas e intergeracionais	“Bebês água-viva” e foco tireoideano mais marcados em Marshall
Efeitos ambientais	Cs-137, Sr-90, Pu-239 persistentes; domo de contenção com risco	Solo e freáticos contaminados; “círculo” estéril de vegetação	Persistência multigeracional dos radionuclídeos	Cúpula tóxica (Marshall) vs valas rasas e dispersão no solo (Maralinga)
Práticas biomédicas	Coletas biológicas rápidas (sangue/urina/cabelo)	Exumações de ossos infantis para medir estrôncio	Corpos coloniais como “laboratórios”	Observacional in vivo (Marshall) vs necrociência forense (Maralinga)
Temporalidade do dano	Carga radioativa acumulada por anos	Plutônio de meia-vida milenar e dispersão difusa	Violência lenta e transgeracional	Domo crítico no mar (Marshall) vs plumas de Pu em terra (Maralinga)
Economia política e geopolítica	Dependência estratégica dos EUA	Prestígio atlântico e “parceria” assimétrica Reino Unido-Austrália	Nuclearidade como capital geopolítico	Hegemonia dos EUA vs consolidação britânica como potência nuclear

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Em conjunto, as evidências apresentadas ao longo deste capítulo permitem compreender que as Ilhas Marshall e Maralinga, embora distintas em suas circunstâncias, revelam padrões estruturais comuns do colonialismo nuclear. A partir dessa leitura comparativa, torna-se possível avançar para as conclusões, onde se discutem as implicações dessas dinâmicas e seus desdobramentos no presente.

5 CONCLUSÃO

Essa monografia se propôs a responder como a necropolítica se manifesta no colonialismo nuclear ao produzir “zonas de morte”, onde determinadas populações são sistematicamente expostas à destruição e à precarização. Diante dessa premissa, a pesquisa evidenciou a expressão dessa visão imperialista diante do tratamento de descartabilidade do tecido social no Sul Global a partir do emprego de ocultação informacional, remoção de famílias dos seus lares e falta de políticas públicas reparatórias em âmbitos sanitários, ambientais e culturais.

A análise realizada ao longo deste trabalho demonstra que o colonialismo nuclear constitui uma forma intensificada da necropolítica descrita por Achille Mbembe (2003; 2019), ao submeter populações racializadas a regimes diferenciados de vida e morte. Dialogando com a leitura clássica do imperialismo em Lênin (1917) e com a divisão centro–periferia formulada por Wallerstein (2004), evidenciou-se que os testes nucleares conduzidos por Estados Unidos e Reino Unido não são acontecimentos excepcionais, mas expressões de uma lógica imperial que converte territórios subalternizados em plataformas geopolíticas de experimentação tecnocientífica.

Diante das teorias trabalhadas, o exame retórico das potências evidenciou as motivações das metrópoles atômicas em categorias securitárias, políticas e culturais catalisadas pela conjuntura histórica do Pós-Guerra e era da bipolaridade, decifrando essa lógica no gerenciamento da vida e da morte. Em consonância com a perspectiva construtivista de Wendt (1992; 1999), verificou-se que esse processo se sustenta não apenas em estruturas materiais de poder, mas também em dispositivos discursivos que naturalizam a desigualdade e atribuem legitimidade à intervenção sobre corpos e territórios considerados descartáveis.

Os estudos de caso das Ilhas Marshall e de Maralinga tornam essas dinâmicas particularmente visíveis. No primeiro exemplo, mesmo diante de recomendações técnicas contrárias, o atol de Bikini foi escolhido como local de explosões termonucleares, sob a retórica de sacrifício e dever cristão cuidadosamente encenada pelos Estados Unidos, estratégia já amplamente documentada por Jacobs (2013). Em Maralinga, a ficção colonial da “terra vazia” permitiu ao governo Menzies autorizar testes britânicos em território habitado por povos Pitjantjatjara e Yankunytjatjara, invisibilizando sua presença histórica. Em ambos os contextos, a gestão do risco foi conduzida por meio de omissões deliberadas e da administração desigual do conhecimento, os *marshallinos* foram expostos a precipitação radioativa classificada como “aceitável” pelos EUA (DOE, 1994), enquanto em Maralinga sinais de alerta escritos apenas

em inglês inviabilizavam a compreensão pelas comunidades locais, como demonstrado pela ICAN (2023).

Os impactos sanitários e ambientais confirmam o caráter estrutural desse padrão. Nas Ilhas Marshall, multiplicaram-se casos de câncer, tumores de tireoide e malformações congênitas associadas à exposição a Cs-137, Sr-90 e Pu-239. Em Maralinga, a dispersão de plutônio, com meia-vida superior a vinte mil anos, produziu um cenário de degradação ambiental duradoura, incluindo áreas de vegetação estéril registradas mais de seis décadas após os testes. A violência científica atingiu inclusive os mortos, o *Project Sunshine*, revelado por investigações da ABC (2001; 2020), exumou ossos de bebês e crianças para mensurar níveis de Estrôncio-90, configurando um regime necrocientífico que transforma corpos coloniais em matéria-prima de conhecimento.

Esses elementos permitem compreender o colonialismo nuclear como uma tecnologia racializada de poder, sustentada pelo que Mbembe (2003) denomina “economia da morte” e articulada a dispositivos históricos de dominação já descritos por Quijano (2000) e Wynter (2003). Os dois estudos de caso analisados, ainda que marcados por diferenças geográficas, jurídicas e discursivas, convergem na demonstração de que as potências nucleares deslocam seus riscos para corpos e territórios cuja humanidade é previamente desqualificada. Essa operação é reforçada pela produção de narrativas que associam o projeto atômico ao “progresso”, à “defesa do mundo livre” ou à “segurança global”, sustentando o que Tynan (2011) identifica como um regime de segredo e apagamento.

Ainda que exista uma dificuldade de mensurar o tamanho das implicações dos experimentos nucleares aos povos acometidos, a metodologia de exame histórico-documental atingiu sua função ao relatar os acontecimentos com a maior profundidade cognoscível. Esse impasse no processo de pesquisa sugere a necessidade de maior transparência das potências atômicas com suas vítimas e comprehende a desinformação sistemática como perpetuadora da vulnerabilização.

O trabalho também evidenciou que esses povos não se limitam a ocupar a posição de vítimas. Nas Ilhas Marshall, lideranças como Abacca Anjain-Maddison mobilizam internacionalmente a pauta da justiça nuclear, no Pacífico, a Carta dos Povos por um Pacífico Livre de Armas Nucleares (1983) denuncia o racismo das práticas nucleares das potências; em Maralinga, o retorno das terras aos Tjarutja em 2009, conforme registrado pelo Museu Nacional da Austrália (2024), expressa a força de uma luta por soberania territorial e memória que desafia o apagamento colonial.

Na contemporaneidade, as nações subalternizadas reivindicam justiça aos povos originários por herdarem uma herança colonial indesejada. A inibição de ensaios nucleares e as manifestações por independência (seja ela formal, econômica e social) de Estados do Pacífico estão profundamente interligados, pois a as lutas pós-coloniais estão intrinsecamente voltadas pela vontade dos povos originários de exercer controle sobre seu próprio território, algo que não era possível nos séculos anteriores em decorrência da transformação de suas terras como zonas de sacrifício.

Ainda que a comunidade internacional possua maior consciência sobre o passado violento, os Estados fortemente bélicos ainda recebem com relutância movimentos antinucleares ambiciosos e revolucionários, como o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (2017) convocado pela Assembleia Geral das Nações Unidas. O documento em questão, que entrou em vigor em 2021, interdita expressamente a dissuasão, uso, experimentação, fabricação, estocagem e transferência de arsenais atômicos, o qual continua sem a assinatura de todos os países considerados potências nucleares.

Com base nessas evidências, torna-se possível afirmar que o colonialismo nuclear não pertence ao passado, mas compõe uma estrutura persistente da ordem internacional, marcada pela manutenção de assimetrias geopolíticas, raciais, epistêmicas e ambientais. A continuidade dessa lógica exige aprofundar investigações sobre memória pública, justiça ambiental, reparações transnacionais e sobre a descolonização do imaginário nuclear global. Também demanda ampliar o espaço de fala das comunidades afetadas, tanto em veículos midiáticos quanto em arenas jurídicas e diplomáticas, de modo a assegurar que as reivindicações por saúde, dignidade e reparação não permaneçam relegadas à margem. Somente assim será possível enfrentar os efeitos duradouros desse regime de morte e construir condições para que sua violência seja narrada, reconhecida e, sobretudo, impedida de se repetir.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. Seizing the middle ground: constructivism in world politics. **International Organization**, [S. l.], v. 53, n. 3, p. 319-363, 1997.

ARENDT, Hannah. **The origins of totalitarianism**. New York: Harcourt, Brace & Co., 1951.

AGUIAR, Danilla. Aimé Césaire, Frantz Fanon e a centralidade da luta anticolonial na tradição afro-latino-americana e caribenha radical. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 107-121, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/232498>. Acesso em: 07 out. 2025.

AUSTRALIAN BROADCASTING CORPORATION - ABC. **Maralinga**: How the British Nuclear Tests Still Haunt Australia. 2020. Disponível em: <https://www.abc.net.au/>. Acesso em: 14 out. 2025

AUSTRALIAN BROADCASTING CORPORATION – ABC. **Deadly Legacy**: The Maralinga Scandal. 2001. Disponível em: <https://www.abc.net.au/>. Acesso em: 14 out. 2025

AUSTRALIA. Royal Commission into the British Nuclear Tests during the 1950s and 1960s. Arquivo NAA, A6455, Item: Barcode 1900213. National Archives of Australia. 1985. Disponível em:<https://recordsearch.naa.gov.au/SearchNRetrieve/Interface/DetailsReports/ItemDetail.aspx?Barcode=1900213>. Acesso em: 03 out. 2025.

BARKER, Holly M. **Bravo for the Marshallese**: Regaining Control in a Post-Nuclear, Post-Colonial World. 2. ed. Belmont: Wadsworth Cengage Learning, 2012.

BARAD, Karen. **After the End of the World**: Entangled Nuclear Colonialisms, Matters of Force, and the Material Force of Justice. 2019. Disponível em: <https://bsahely.com/2022/02/27/after-the-end-of-the-world-entangled-nuclear-colonialisms-matters-of-force-and-the-material-force-of-justice-karen-barad-2019/>. Acesso em: 24 out. 2025.

BISWAS, Shampa. **Nuclear desire**: power and the postcolonial nuclear order. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.5749/j.ctt9qh3p6>. Acesso em: 24 out. 2025.

BOYER, Paul. **By the bombs' early light**: American thought and culture at the dawn of the atomic age. 1985.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. [S. l. : s. n.], 1950.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHESNEAUX, Jean. **Tahiti après la bombe**: quel avenir pour la Polynésie? Paris: Éditions L'Harmattan, 1995.

COMMISSARIAT À L'ÉNERGIE ATOMIQUE ET AUX ÉNERGIES ALTERNATIVES (CEA). **Les essais nucléaires en Polynésie française:** pourquoi, comment, et avec quelles conséquences? Paris: CEA, 2024. Disponível em: <https://www.cea.fr/multimedia/Documents/publications/ouvrages/LIVRE-Les-essais-nucleaires-en-Polynesie-francaise.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

DE GAULLE, Charles. **Discours et messages:** Avec le renouveau (1958-1962). Paris: Plon, 1970. v. 3.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mille plateaux:** capitalisme et schizophrénie. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

Deloughrey, Elizabeth M. **Allegories of the anthropocene.** Durham: Duke University Press, 2019. Disponível em: https://assets-us-01.kc-usercontent.com/f7ca9afb-82c2-002a-a423-84e111d5b498/3a05184d-3391-4501-a46e-9940b9ad7345/978-1-4780-0471-4_601.pdf?fm=webp&auto=format&lossless=true Acesso em: 20 mar. 2025.

ENDRES, Danielle. A rhetoric of nuclear colonialism: rhetorical exclusion of American Indian arguments in the Yucca Mountain nuclear waste siting decision. **Communication and Critical/Cultural Studies**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 39-60, mar. 2009. Disponível em: https://www.danielleendres.com/_files/ugd/82b55b_4ebea6d7384240e299963af12b2357af.pdf. Acesso em: 24 set. 2025.

EURONEWS. Emmanuel Macron assume erros de testes nucleares na Polinésia Francesa. 28 jul. 2021. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2021/07/28/emmanuel-macron-assume-erros-de-testes-nucleares-na-polinesia-francesa>. Acesso em: 3 nov. 2025.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** 1961. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fanon/1961/condenados/index.htm>. Acesso em: 14 out. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 1979. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GREENPEACE INTERNATIONAL. **More powerful than Hiroshima:** how the largest ever US nuclear weapons test built a nation of leaders in the Marshall Islands. 28 fev. 2025. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/65565/nuclear-victims-remembrance-day-united-states-must-comply-with-marshall-islands-demands-for-recognition-and-nuclear-justice/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

GREENPEACE INTERNATIONAL. **Nuclear Legacies and Environmental Justice Report.** Amsterdam: Greenpeace International, 2025.

GUTERRES, António. Secretary-General's remarks on the International Day for the Total Elimination of Nuclear Weapons. **United Nations.** New York, 26 set. 2017. Disponível em: <https://press.un.org/en/2017/sgsm18725.doc.htm>. Acesso em: 14 out. 2025.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, [s.d.].

HECHT, Gabrielle (org.). **Entangled Geographies: Empire and Technopolitics in the Global Cold War.** Cambridge, MA: The MIT Press, 2011.

HENNAOUI, Leila. The Global South's challenge to nuclear colonialism. **The Loop**, 27 maio 2025. Disponível em: <https://theloop.ecpr.eu/the-global-souths-challenge-to-nuclear-colonialism/>. Acesso em: 24 out. 2025.

HILL, Christopher R. Imperialismo nuclear. **Dicionário histórico do CEP**, 3 fev. 2025. Disponível em: <https://dictionnaire-cep.upf.pf/notice-cep/imperialisme-nucleaire/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY (IAEA). **Radiological Conditions at the atolls of bikini, enewetak and rongelap:** history, assessment and status of nuclear test sites in the Marshall Islands. Vienna: IAEA, 2012.

INSTITUTE OF CANCER RESEARCH (U.S.). **Estimates of the Cancer Burden in the Marshall Islands Resulting from Exposure to Radioactive Fallout.** Bethesda: National Cancer Institute, 2004.

INTERNATIONAL CAMPAIGN TO ABOLISH NUCLEAR WEAPONS. **Report: The Devastating Consequences of Nuclear Testing – Effects of Nuclear Weapons Testing on Health and the Environment.** Berlin: IPPNW e Geneva: ICAN, nov. 2023.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. **Obligations concerning Negotiations relating to Cessation of the Nuclear Arms Race and to Nuclear Disarmament (Marshall Islands v. United Kingdom; Marshall Islands v. India; Marshall Islands v. Pakistan).** Judgments of 5 October 2016. The Hague: ICJ, 2016. Disponível em: <https://www.icj-cij.org>. Acesso em: 20 set. 2025

INTERNATIONAL PHYSICIANS FOR THE PREVENTION OF NUCLEAR WAR; INSTITUTE FOR ENERGY AND ENVIRONMENTAL RESEARCH. **Radioactive Heaven and Earth:** the health and environmental effects of nuclear weapons testing in, on, and above the Earth. New York: The Apex Press e London: Zed Books, 1991. Disponível em: <https://ieer.org/wp/wp-content/uploads/1991/06/RadioactiveHeavenEarth1991.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

INTERNATIONAL PHYSICIANS FOR THE PREVENTION OF NUCLEAR WAR; PHYSICIANS FOR SOCIAL RESPONSIBILITY. *The Devastating Consequences of Nuclear Testing.* 1. ed. Nov. 2023. IPPNW, 2023.

JACOBS, Robert. Nuclear conquistadors: military colonialism in nuclear test site selection during the Cold War. **Asian Journal of Peacebuilding**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 157-177, nov. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/5282072/Nuclear_Conquistadors_Military_Colonialism_in_Nuclear_Test_Site_Selection_during_the_Cold_War. Acesso em: 24 out. 2025.

LADD, Mike. The lesser known history of the Maralinga nuclear tests — and what it's like to stand at ground zero. **ABC News**, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2020-03-24/maralinga-nuclear-tests-ground-zero-lesser-known-history/11882608>. Acesso em: 22 nov. 2025.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O imperialismo:** fase superior do capitalismo. [S. l. : s. n.], 1916

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo:** fase superior do capitalismo. [S. l. : s. n.], 1917.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo:** fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1982.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo:** fase superior do capitalismo. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2017. Disponível em: <https://averdade.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Documento-100-VLADIMIR-L%C3%88ANIN-O-IMPERIALISMO-FASE-SUPERIOR-DO-CAPITALISMO.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.

MAKHIJANI, Arjun. **The Legacy of U.S. Nuclear Testing in the Marshall Islands.** Takoma Park, MD: Institute for Energy and Environmental Research, 2025. Disponível em: <https://ieer.org>. Acesso em: 20 set. 2025.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Public Culture**, v. 15, n. 1, p. 11–40, Winter 2003. Disponível em: https://monoskop.org/images/4/49/Mbembe_Achille_2003_Necropolitics.pdf. Acesso em: 09 set. 2025.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. In: MORTON, Stephen; BYRD, Jodi (org.). **Governance, colonialism, and necropolitics.** Chicago: University of Chicago Press, 2009.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. Dez. 2016. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acesso em: 28 set. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolitics.** Tradução de Steven Corcoran. Durham: Duke University Press, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENDIOLA, Ignacio. De la biopolítica a la necropolítica: la vida expuesta a la muerte. **Eikasia:** revista de filosofía, n. Extra 75, p. 219-248, 2017. (Filosofía y política),

MENDIOLA, Ignacio. En torno a la definición de tortura: la necesidad y dificultad de conceptualizar la producción ilimitada de sufrimiento. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, e20180262, 2020.

MOORE, Jason W. **Capitalism in the Web of Life:** ecology and the accumulation of capital. London; New York: Verso, 2015.

MUSEU NACIONAL DA MARINHA DO REINO UNIDO. Nuclear testing and the Royal Navy – Unpacking the impact of High Explosive Research. The National Museum of the Royal Navy, 2023. Disponível em: <https://www.nmn.org.uk/news/nuclear-testing-and-royal-navy-unpacking-impact-high-explosive-research>. Acesso em: 24 out. 2025.

NATIONAL NUCLEAR COMMISSION (NNC). **Vision 2027:** Addressing the Nuclear Legacy through Justice and Accountability. Majuro: Government of the Republic of the Marshall Islands, 2020.

NATIONAL MUSEUM OF AUSTRALIA. **Maralinga.** 2024. Disponível em: <https://www.nma.gov.au/defining-moments/resources/maralinga>. Acesso em: 20 out. 2025

NAYAR, Baldev Raj. The evolving politics of the nuclear non-proliferation regime. **International Affairs**, [S. l.], v. 89, n. 4, p. 951–969, 2013.

NIEDENTHAL, Paula M. Emotional contagion and empathy: A psychological perspective. In: SHERRI, Widen; RUSSELL, James A. (eds.). **Theories of Emotion**. New York: Psychology Press, 2001.

NIXON, Rob. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

NORWEGIAN PEOPLE'S AID. **Decolonizing the mind**. 2025. Disponível em: <https://www.npaid.org/news/decolonizing-the-mind>. Acesso em: 21 ago. 2025.

NUCLEAR FREE AND INDEPENDENT PACIFIC- NFIP. **People's Charter for a Nuclear Free and Independent Pacific**. Vanuatu: NFIP Conference, 1983.

NKRUMAH, Kwame. **Neo-Colonialism: the last stage of imperialism**. London: Thomas Nelson & Sons, 1965.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Special Rapporteur on the implications for human rights of the environmentally sound management and disposal of hazardous substances and wastes**: Mission to the Marshall Islands. Genebra: ONU, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201–246.

REPÚBLICA DAS ILHAS MARÇAL (Republic of the Marshall Islands). Voluntary National Review: Report of the Republic of the Marshall Islands. **Majuro**, June 2021. Disponível em: https://www.sustainabledevelopment.un.org/content/documents/279312021_VNR_Report_Marshall_Islands.pdf. Acesso em: 03 out. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESSES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SCHALK, Owen. Nuclear colonialism and the Marshall Islands. **Canadian Dimension**, Canadá, 21 april 2021. Disponível em: <https://canadiandimension.com/articles/view/nuclear-colonialism-and-the-marshall-islands>. Acesso em: 07 set. 2025

SHERIFF, Lucy. Endless fallout: the Pacific idyll still facing nuclear blight 77 years on. **The Guardian**, 25 ago. 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2023/aug/25/endless-fallout-marshall-islands-pacific-idyll-still-facing-nuclear-blight-77-years-on>. Acesso em: 11 set. 2025.

SOKOLSKI, Henry D. **Getting MAD: Nuclear Mutual Assured Destruction, Its Origins and Practice**. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2004.

STOLER, Ann Laura. **Duress: Imperial Durabilities in Our Times**. Durham: Duke University Press, 2016.

TAYLOR, B. C.; KINSELLA, W. J.; DEPOE, S. P.; METZLER, M. S. Nuclear Legacies: Communication, Controversy, and the U.S. Nuclear Weapons Production Complex. **Annals of the International Communication Association**, v. 29, n. 1, p. 363–409, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23808985.2005.11679053>. Acesso em: 24 out. 2025.

THE PEOPLES' CHARTER FOR A NUCLEAR FREE AND INDEPENDENT PACIFIC. **Nuclear Free and Independent Pacific Movement Conference**, Vanuatu, 1983. Disponível em: <https://ipan.org.au/wp-content/uploads/Peoples-charter-for-a-Nuclear-free-Pacific-1983.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2025.

TYNAN, Elizabeth. Maralinga and the journalists: covering the bomb tests over generations. ***LiNQ***, [S. l.], v. 38, p.131-145, 2011.

TYNAN, Elizabeth. **Atomic Thunder: the Maralinga Story**. Sydney: NewSouth Books, 2016.

UNITED NATIONS SCIENTIFIC COMMITTEE ON THE EFFECTS OF ATOMIC RADIATION (UNSCEAR). **Sources, Effects and Risks of Ionizing Radiation: UNSCEAR 2012 Report to the General Assembly, with Scientific Annexes**. New York: United Nations, 2012.

UNITED STATES. Compact of Free Association between the United States of America and the Republic of the Marshall Islands. **Public Law**, [S. l.], p. 99-239, 14 jan. 1986), Title III — Security and Defense Relations, § 311(a).

UNITED STATES DEPARTMENT OF ENERGY. **Republic of the Marshall Islands Health Care Report**. Washington, D.C.: U.S. Department of Energy, 2015.

UNITED STATES. Department of Energy. **Marshall Islands Program: Radiological Surveys and Dose Assessments – Summary Report**. Washington, D.C.: U.S. Department of Energy, 2015.

UNITED STATES. Department Of Energy. **Final environmental impact statement: Radiation Exposure Compensation Program**. Washington, D.C.: U.S. DOE, 1994.

UNITED STATES ATOMIC ENERGY COMMISSION (AEC). **Operation Castle: project summary**. Washington, D.C.: U.S. AEC, 1954.

UNITED STATES ATOMIC ENERGY COMMISSION; BROOKHAVEN NATIONAL LABORATORY. **Project 4.1 – Study of Response of Human Beings Exposed to Significant Beta and Gamma Radiation due to Fallout from High-Yield Weapons**. Washington, D.C.: U.S. AEC; Upton e NY: BNL, 1956.

UNITED STATES NAVY. **Report of Joint Army-Navy Task Force One: the bikini report**. Washington, D.C.: U.S. Navy, 1946.

UNITED NATIONS. Human Rights Council. *Addressing the challenges and barriers to the full realization and enjoyment of the human rights of the people of the Marshall Islands, stemming from the State's nuclear legacy – Report of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (A/HRC/57/77)*. New York: United Nations, 2024. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/HRC/57/77>. Acesso em: 05 out. 2025

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis**: an introduction. Durham: Duke University Press, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctv11smzx1>. Acesso em: 28 set. 2025.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, p. 391–425, 1992.

WENDT, Alexander. Constructing International Politics. **International Security**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 71-81, 1995. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/constructing-international-politics-43i8tyz24t.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2025.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WESTAD, Odd Arne. **The global Cold War**: Third World interventions and the making of our times. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WYNTER, Sylvia. Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom: Towards the Human, After Man, Its Overrepresentation—An Argument. **CR: The New Centennial Review**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 257–337, 2003.